



**CONSULT AUDITORES**

**CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB  
Nº 12417**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
Nº 1-09/21**

Data-base: 2º/TRIM/21



## **CONSULT AUDITORES**

Curitiba, 15 de setembro de 2021

Aos  
Diretores e aos Administradores da  
CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB  
Rio de Janeiro - RJ

**CONFIDENCIAL**

Prezados Senhores,

Em cumprimento às obrigações estabelecidas em nosso contrato de prestação de serviços de auditoria, apresentamos o Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das informações contábeis intermediárias do 2º/TRIM/2021.

Paulo Sergio da Silva  
SÓCIO DE AUDITORIA

## **Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das informações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais)**

Aos Diretores e aos Administradores da  
CASA DA MOEDA DO BRASIL -CMB  
Rio de Janeiro – RJ

### **Introdução**

Revisamos as informações contábeis intermediárias, da CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB (“Empresa”), referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Empresa é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e com a norma internacional a IAS 34.

### **Ênfases**

#### **PIS e COFINS – Indeferimento de Tutela**

Conforme descrito na nota 24, em 08 de junho de 2021, a Justiça Federal do Distrito Federal proferiu, nos autos do processo nº 1037653-04.2021.4.01.3400, 14ª VFDF, decisão indeferindo o pedido de tutela antecipada para que a Casa da Moeda do Brasil - CMB mantivesse a utilização do regime de incidência não cumulativa para fins de apuração do PIS/PASEP e da COFINS. Contra essa decisão, a CMB interpôs o recurso de agravo de instrumento, distribuído à 8ª turma do TRF1, sob o nº 1025122-95.2021.4.01.0000. A administração está avaliando as repercussões econômicas/financeiras, com expectativa de conclusão das análises no terceiro trimestre de 2021.

#### **Acordo de leniência com as empresas SICPA e CEPTIS**

Conforme descrito na nota 24, a Controladoria-Geral da União (CGU) e a Advocacia-Geral da União (AGU) assinaram, em junho de 2021, um acordo de leniência com a SICPA do Brasil e Indústria de Tintas e Sistemas LTDA. e com a CEPTIS Indústria e Comércio de Tintas e Sistemas S.A. em razão de irregularidades identificadas na Operação Vícios da Polícia Federal. O montante total do acordo é de R\$ 762,7 milhões, dos quais R\$ 680,6 milhões serão destinados à Casa da Moeda do Brasil e R\$ 82,1 milhões à União. O valor destinado à Casa da Moeda do Brasil foi contabilizado no resultado do 2º trimestre de 2021, sem reflexos tributários, sob interpretação de se tratar de evento indenizatório.

#### **Reapresentação dos valores correspondentes do exercício social de 2020**

Conforme mencionado na nota 3, os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial e as informações contábeis correspondentes relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e do valor adicionado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 30 de junho de 2020, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 (IAS 08) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e no CPC 26 (IAS 01) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa conclusão não contém modificação relacionada à adequação da reclassificação de exercícios anteriores.

## **Outros Assuntos**

### **Demonstrações Intermediárias do Valor Adicionado**

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Empresa, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

### **Auditoria e revisão do ano anterior por outros auditores**

Os valores correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 e a revisão das informações contábeis intermediárias do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatórios datados de 22 de março de 2021 e 13 de novembro de 2020, respectivamente, sem modificações.

Curitiba, 15 de setembro de 2021.

Paulo Sergio da Silva  
**Contador CRCPR Nº 029.121/O-0 S-RJ**

Marlos Nanoni Reinert  
**Contador CRCPR Nº 050.998/O-9 S-RJ**

**CONSULT – AUDITORES INDEPENDENTES**  
**CRC/PR Nº 2906/O-5**



CASA DA MOEDA DO BRASIL  
CNPJ 34.164.319/0001-74

**BALANÇO PATRIMONIAL**

**EXERCÍCIO DE 2021**

(EM REAIS)

A T I V O		30.06.2021	31.12.2020 REAPRESENTADO	P A S S I V O		30.06.2021	31.12.2020 REAPRESENTADO
<b>CIRCULANTE</b>	NOTA	<b>1.062.919.571,59</b>	<b>1.046.342.204,15</b>	<b>CIRCULANTE</b>	NOTA	<b>478.658.226,39</b>	<b>476.483.713,99</b>
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(4.0)	398.572.982,30	526.922.086,98	FORNECEDORES	(12.1)	128.754.044,14	141.554.924,88
CAIXA		3.458,42	0,00	EXIGIBILIDADE COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	(13.a)	10.454.644,21	15.337.278,68
BANCOS CONTA MOVIMENTO		447.238,89	724.369,57	PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO LUCRO	(14.0)	3.675.944,37	3.675.944,37
APLICAÇÕES FINANCEIRAS		398.122.284,99	526.197.717,41	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	(15.0)	11.674.373,41	11.730.732,82
VALORES A RECEBER A CURTO PRAZO		336.767.985,50	214.726.881,61	ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	(17.0)	120.164.544,03	156.015.687,71
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	(5.1)	49.404.107,07	24.489.821,44	PROVISÃO PARA CUSTOS E SERVIÇOS A FATURAR	(18.0)	143.122.572,30	101.025.473,57
(-) PERDAS ESTIMADAS COM CRÉD. LIQ.DUVIDOSA	(5.4)	(2.783.789,51)	(4.526.801,64)	PROVISÕES TRABALHISTAS E ENCARGOS SOCIAIS	(13.b)	53.345.330,26	37.933.928,28
SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR	(5.2)	210.117.745,20	124.803.076,33	OUTRAS OBRIGAÇÕES	(12.2)	7.466.773,67	9.209.743,68
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS	(6.1)	4.289.612,72	2.700.001,20				
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR	(7.0)	57.079.187,67	39.511.724,36				
OUTROS VALORES A RECEBER	(5.7)	18.661.122,35	27.749.059,92				
ESTOQUES	(8.0)	326.493.245,04	304.452.880,68				
PRODUTOS ACABADOS		92.316.940,12	95.516.666,94				
PRODUTOS EM PROCESSO		51.813.052,73	39.181.351,67				
MATÉRIA-PRIMA		151.495.347,49	146.400.482,11				
ALMOXARIFADO		27.949.509,52	23.321.893,55				
IMPORTAÇÕES EM ANDAMENTO		2.918.395,18	32.486,41				
DESPESAS ANTECIPADAS	(6.2)	1.085.358,75	240.354,88				
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	NOTA	<b>2.159.079.164,73</b>	<b>1.647.282.514,06</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	NOTA	<b>447.161.270,38</b>	<b>637.172.810,02</b>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.631.312.683,50	1.099.644.898,06	OBRIGAÇÃO COM ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA	(27.0)	91.170.444,05	91.170.444,05
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	(5.1)	544.072.079,05	52.796.498,23	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	(15.0)	13.452.335,90	13.589.766,37
(-) PERDAS ESTIMADAS COM CRÉD. LIQ.DUVIDOSA	(5.4)	(36.545.716,05)	(36.963.182,26)	PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES	(19.a)	49.145.833,96	45.406.049,34
SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR	(5.2)	202.820.182,02	202.820.182,02	PROVISÃO P/CUSTOS DE SERVIÇOS A FATURAR	(18.0)	274.598.431,64	468.212.325,43
VALORES A RECEBER EC 93/2016	(5.3)	311.014.931,77	311.014.931,77	OUTRAS CONTAS A PAGAR	(12.2)	18.794.224,83	18.794.224,83
(-) PERDA ESTIMADA C/ CRÉD SERVIÇOS A FAT / EC 93/2016	(5.4)	(399.949.487,85)	(399.949.487,85)				
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR	(7.0)	794.879.121,66	890.099.264,87				
DEPÓSITO JUDICIAL/RECURSAL	(20.0)	213.087.212,52	77.592.039,20				
INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS	(10.1)	469.825,99	569.139,92				
(-) PROVISÃO P/PERDA DE INVEST. TEMPORÁRIOS	(10.1)	(469.825,99)	(569.139,92)				
OUTROS CRÉDITOS A LONGO PRAZO	(5.8)	1.934.360,38	2.234.652,08				
INVESTIMENTOS	(10.2)	497.021,15	497.055,18				
PARTICIPAÇÕES POR INCENTIVOS FISCAIS		1.669.906,59	1.669.906,59				
(-) PROV. P/PERDA DE INVEST. POR INCENT. FISCAIS		(1.663.852,35)	(1.663.818,32)	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	NOTA	<b>2.296.179.239,55</b>	<b>1.579.968.194,20</b>
OBRAS DE ARTE		490.966,91	490.966,91	CAPITAL SOCIAL	(21.0)	1.360.677.814,09	1.360.677.814,09
IMOBILIZADO TÉCNICO	(11.1)	521.908.893,86	542.360.206,17	RESERVAS DE LUCRO		935.501.425,46	219.290.380,11
BENS VALORES CORRIGIDOS		1.492.940.646,07	1.491.840.521,91	RESERVA LEGAL		18.576.654,14	18.576.654,14
(-) DEPRECIAÇÕES		(967.324.776,78)	(944.634.196,29)	RESERVA PARA INVESTIMENTOS		192.075.457,12	192.075.457,12
(-) PERDA EST. RED. AO VR. RECUPERÁVEL (IMPAIRMENT)		(9.350.811,57)	(9.350.811,57)	RESERVA ESPECIAL		14.291.822,11	14.291.822,11
IMOBILIZAÇÕES EM ANDAMENTO		5.643.836,14	4.504.692,12	SUPERAVIT (DEFICIT) ATUARIAL DE PREV. PRIVADA		(5.653.553,26)	(5.653.553,26)
INTANGÍVEL	(11.2)	5.360.566,22	4.780.354,65	RESULTADO DO PERÍODO	(22.0)	716.211.045,35	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>3.221.998.736,32</b>	<b>2.693.624.718,21</b>	<b>TOTAL</b>		<b>3.221.998.736,32</b>	<b>2.693.624.718,21</b>

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

Rio de Janeiro, 30 de junho de 2021

HUGO CAVALCANTE NOGUEIRA  
PRESIDENTE  
C.P.F. N° 730.461.917-15

PAULO RICARDO DE MATTOS FERREIRA  
DIRETOR  
DE INOVAÇÃO E MERCADO  
C.P.F. N° 744.008.607-44

JEAN PEDRAZZA REICHE  
DIRETOR  
DE GOVERNANÇA, ORÇAMENTO E FINANÇAS  
C.P.F. N° 053.956.847-35

LUIZ SERGIO MADEIRO DA COSTA  
DIRETOR  
DE GESTÃO  
C.P.F. N° 731.419.417-34

SÉRGIO PERINI RODRIGUES  
DIRETOR  
DE OPERAÇÕES  
C.P.F. N° 795.926.357-49

RAMON AGOSTINHO PONTES  
CONTADOR  
C.P.F. N° 111.991.767-02  
C.R.C. RJ N° 118.695/O-1

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**

Para o período de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020

D E S C R I Ç Ã O	NOTA	EM REAIS			
		30.06.2021	30.06.2020 REAPRESENTADO	01/04/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020 REAPRESENTADO
<b>I - RECEITA LÍQUIDA DAS VENDAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS</b>	(22.a)	<b>546.584.491,59</b>	<b>384.081.578,92</b>	<b>366.681.583,64</b>	<b>292.721.554,52</b>
<b>II - CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS</b>	(22.b)	<b>383.226.850,55</b>	<b>275.064.645,36</b>	<b>259.921.260,95</b>	<b>217.878.124,47</b>
<b>III - LUCRO BRUTO OPERACIONAL</b>		<b>163.357.641,04</b>	<b>109.016.933,56</b>	<b>106.760.322,69</b>	<b>74.843.430,05</b>
IV - DESPESAS ( RECEITAS ) OPERACIONAIS	(22.c)	(550.284.310,51)	138.786.155,63	(620.880.444,80)	61.084.849,32
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		134.803.500,87	115.645.585,75	68.410.357,71	59.423.517,58
DESPESAS COM PESSOAL		101.648.693,77	91.120.499,47	51.814.553,69	47.447.902,50
DESPESAS COM MATERIAIS		7.697.745,33	3.692.959,71	5.188.714,55	2.693.882,48
DESPESAS COM SERVIÇOS		19.944.984,05	14.843.080,79	8.689.176,41	6.282.971,55
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES		5.512.077,72	5.989.045,78	2.717.913,06	2.998.761,05
DESPESAS TRIBUTÁRIAS		1.018.225,01	637.152,11	495.096,36	361.561,39
OUTRAS DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS - LÍQUIDAS		(686.106.036,39)	22.503.417,77	(689.785.898,87)	1.299.770,35
<b>V - RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS</b>		<b>713.641.951,55</b>	<b>(29.769.222,07)</b>	<b>727.640.767,49</b>	<b>13.758.580,73</b>
VI - RESULTADO FINANCEIRO	(22.d)	2.569.093,80	11.789.131,24	1.979.396,82	5.428.436,88
RECEITAS FINANCEIRAS		11.782.377,01	18.918.259,23	7.619.682,30	8.718.772,50
DESPESAS FINANCEIRAS		9.213.283,21	7.129.127,99	5.640.285,48	3.290.335,62
<b>VII - RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>		<b>716.211.045,35</b>	<b>(17.980.090,83)</b>	<b>729.620.164,31</b>	<b>19.187.017,61</b>
VIII - PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA		-	-	-	-
IX - PROVISÃO PARA CONTRIBUICAO SOCIAL		-	-	-	-
<b>X - RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>716.211.045,35</b>	<b>(17.980.090,83)</b>	<b>729.620.164,31</b>	<b>19.187.017,61</b>

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis Intermediárias.

Rio de Janeiro, 30 de Junho de 2021

**HUGO CAVALCANTE NOGUEIRA**  
PRESIDENTE  
C.P.F. N° 730.461.917-15

**PAULO RICARDO DE MATTOS FERREIRA**  
DIRETOR  
DE INOVAÇÃO E MERCADO  
C.P.F. N° 744.008.607-44

**JEAN PEDRAZZA REICHE**  
DIRETOR  
DE GOVERNANÇA, ORÇAMENTO E FINANÇAS  
C.P.F. N° 053.956.847-35

**LUIZ SERGIO MADEIRO DA COSTA**  
DIRETOR  
DE GESTÃO  
C.P.F. N° 731.419.417-34

**SÉRGIO PERINI RODRIGUES**  
DIRETOR  
DE OPERAÇÕES  
C.P.F. N° 795.926.357-49

**RAMON AGOSTINHO PONTES**  
CONTADOR  
C.P.F. N° 111.991.767-02  
C.R.C. RJ N° 118.695/O-1



**CASA DA MOEDA DO BRASIL**  
CNPJ 34.164.319/0001-74

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**

**Para o período de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020**

D E S C R I Ç Ã O	E M R E A I S			
	30.06.2021	30.06.2020 REAPRESENTADO	01/04/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020 REAPRESENTADO
I - LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (+/-) Superávit (Deficit) Atuarial de Previdência Privada	716.211.045,35 -	(17.980.090,83) -	729.620.164,31 -	19.187.017,61 -
<b>II - TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>716.211.045,35</b>	<b>(17.980.090,83)</b>	<b>729.620.164,31</b>	<b>19.187.017,61</b>

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis Intermediárias.

Rio de Janeiro, 30 de Junho de 2021

HUGO CAVALCANTE NOGUEIRA  
PRESIDENTE  
C.P.F. N° 730.461.917-15

PAULO RICARDO DE MATTOS FERREIRA  
DIRETOR  
DE INOVAÇÃO E MERCADO  
C.P.F. N° 744.008.607-44

JEAN PEDRAZZA REICHE  
DIRETOR  
DE GOVERNANÇA, ORÇAMENTO E FINANÇAS  
C.P.F. N° 053.956.847-35

LUIZ SERGIO MADEIRO DA COSTA  
DIRETOR  
DE GESTÃO  
C.P.F. N° 731.419.417-34

SÉRGIO PERINI RODRIGUES  
DIRETOR  
DE OPERAÇÕES  
C.P.F. N° 795.926.357-49

RAMON AGOSTINHO PONTES  
CONTADOR  
C.P.F. N° 111.991.767-02  
C.R.C. RJ N° 118.695/O-1





**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Para o período de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(EM REAIS)

DESCRIÇÃO	CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS				LUCRO (PREJUÍZO) ACUMULADO	TOTAL
		LEGAL	INVESTIMENTOS	ESPECIAL	SUPERAVIT (DÉFICIT) ATUARIAL		
<b>SALDO REAPRESENTADO EM 31/12/2019</b>	<b>1.360.677.814,09</b>	<b>18.576.654,14</b>	<b>437.198.956,81</b>	<b>14.291.822,11</b>	<b>(50.557.752,32)</b>	-	<b>1.780.187.494,83</b>
1. LUCRO / (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO:	-	-	-	-	-	(17.980.090,83)	(17.980.090,83)
<b>SALDO REAPRESENTADO EM 30/06/2020</b>	<b>1.360.677.814,09</b>	<b>18.576.654,14</b>	<b>437.198.956,81</b>	<b>14.291.822,11</b>	<b>(50.557.752,32)</b>	<b>(17.980.090,83)</b>	<b>1.762.207.404,00</b>
1. LUCRO / (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO:	-	-	-	-	-	(227.143.408,86)	(227.143.408,86)
2. COMPENSAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2020:	-	-	(245.123.499,69)	-	-	245.123.499,69	-
3. SUPERÁVIT / (DÉFICIT) ATUARIAL DE PREVIDENCIA PRIVADA:	-	-	-	-	44.904.199,06	-	44.904.199,06
<b>SALDO REAPRESENTADO EM 31/12/2020</b>	<b>1.360.677.814,09</b>	<b>18.576.654,14</b>	<b>192.075.457,12</b>	<b>14.291.822,11</b>	<b>(5.653.553,26)</b>	-	<b>1.579.968.194,20</b>
1. LUCRO / (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO:	-	-	-	-	-	716.211.045,35	716.211.045,35
<b>SALDO EM 30/06/2021</b>	<b>1.360.677.814,09</b>	<b>18.576.654,14</b>	<b>192.075.457,12</b>	<b>14.291.822,11</b>	<b>(5.653.553,26)</b>	<b>716.211.045,35</b>	<b>2.296.179.239,55</b>

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis Intermediárias.

Rio de Janeiro, 30 de Junho de 2020

HUGO CAVALCANTE NOGUEIRA  
PRESIDENTE  
C.P.F. N° 730.461.917-15

PAULO RICARDO DE MATTOS FERREIRA  
DIRETOR  
DE INOVAÇÃO E MERCADO  
C.P.F. N° 744.008.607-44

JEAN PEDRAZZA REICHE  
DIRETOR  
DE GOVERNANÇA, ORÇAMENTO E FINANÇAS  
C.P.F. N° 053.956.847-35

LUIZ SERGIO MADEIRO DA COSTA  
DIRETOR  
DE GESTÃO  
C.P.F. N° 731.419.417-34

SÉRGIO PERINI RODRIGUES  
DIRETOR  
DE OPERAÇÕES  
C.P.F. N° 795.926.357-49

RAMON AGOSTINHO PONTES  
CONTADOR  
C.P.F. N° 111.991.767-02  
C.R.C. RJ N° 118.695/O-1



**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**

**Para o período de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020**

(EM REAIS)

<b>MÉTODO INDIRETO</b>		
<b>D E S C R I Ç Ã O</b>	<b>30.06.2021</b>	<b>30.06.2020 REAPRESENTADO</b>
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>LUCRO / (PREJUÍZO) LÍQUIDO</b>	<b>716.211.045,35</b>	<b>(17.980.090,83)</b>
<u>AJUSTES QUE NÃO REPRESENTAM ENTRADA OU SAÍDA DE CAIXA:</u>		
PERDA ESTIMADA COM CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	(2.160.478,34)	3.081.372,34
PROVISÃO/REVERSÃO P/PERDA DE INVEST. TEMPORÁRIOS E P/INCENTIVOS FISCAIS	(99.279,90)	-
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	23.655.790,92	25.510.332,70
PROVISÃO PARA PERDA ESTIMADA COM ESTOQUES	(6.549.887,04)	-
REVERSÃO/PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES	3.739.784,62	2.791.746,42
<b>LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO</b>	<b>734.796.975,61</b>	<b>13.403.360,63</b>
<b>AUMENTO / (REDUÇÃO) NOS ATIVOS OPERACIONAIS:</b>		
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	(516.189.866,45)	(34.853.028,95)
SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR	(85.314.668,87)	(33.000.564,89)
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS	(1.589.611,52)	(3.499.591,18)
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR	77.652.679,90	(18.183.821,10)
DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS	(135.495.173,32)	(10.304.593,46)
OUTROS CRÉDITOS	9.087.937,57	31.043.256,85
ESTOQUES	(15.490.477,32)	(138.383.839,52)
DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	(845.003,87)	(466.416,58)
<b>TOTAL DOS ATIVOS OPERACIONAIS</b>	<b>(668.184.183,88)</b>	<b>(207.648.598,83)</b>
<b>AUMENTO / (REDUÇÃO) NOS PASSIVOS OPERACIONAIS:</b>		
FORNECEDORES	(164.317.675,80)	77.694.882,90
EXIGIBILIDADES COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	(4.882.634,47)	17.721.552,27
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	(193.789,88)	9.266.619,12
PROVISÕES TRABALHISTAS E ENCARGOS SOCIAIS	15.411.401,98	9.438.433,25
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	(35.851.143,68)	34.191.976,79
OUTRAS OBRIGAÇÕES	(1.742.970,01)	(3.457.238,58)
<b>TOTAL DOS PASSIVOS OPERACIONAIS</b>	<b>(191.576.811,86)</b>	<b>144.856.225,75</b>
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO / (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(124.964.020,13)</b>	<b>(49.389.012,45)</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
AUMENTO/ (REDUÇÃO) EM OUTROS CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	399.605,63	16.253.376,53
AUMENTO/ (REDUÇÃO) AQUISIÇÃO DE ATIVO IMOBILIZADO	(3.784.690,18)	(965.485,01)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO/ (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>(3.385.084,55)</b>	<b>15.287.891,52</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
DIVIDENDOS PAGOS	-	-
AUMENTO/ (REDUÇÃO) EM EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	-	-
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO/ (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA</b>	<b>(128.349.104,68)</b>	<b>(34.101.120,93)</b>

<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA</b>		
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>R\$</b>	
SALDO DO CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	526.922.086,98	408.798.368,50
SALDO DO CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	398.572.982,30	374.697.247,57
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA</b>	<b>(128.349.104,68)</b>	<b>(34.101.120,93)</b>

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis Intermediárias.

Rio de Janeiro, 30 de Junho de 2021

**HUGO CAVALCANTE NOGUEIRA**  
PRESIDENTE  
C.P.F. Nº 730.461.917-15

**PAULO RICARDO DE MATTOS FERREIRA**  
DIRETOR  
DE INOVAÇÃO E MERCADO  
C.P.F. Nº 744.008.607-44

**JEAN PEDRAZZA REICHE**  
DIRETOR  
DE GOVERNANÇA, ORÇAMENTO E FINANÇAS  
C.P.F. Nº 053.956.847-35

**LUIZ SERGIO MADEIRO DA COSTA**  
DIRETOR  
DE GESTÃO  
C.P.F. Nº 731.419.417-34

**SÉRGIO PERINI RODRIGUES**  
DIRETOR  
DE OPERAÇÕES  
C.P.F. Nº 795.926.357-49

**RAMON AGOSTINHO PONTES**  
CONTADOR  
C.P.F. Nº 111.991.767-02  
C.R.C. RJ Nº 118.695/O-1



## Demonstração do Valor Adicionado - D V A

Apresentamos a Demonstração do Valor Adicionado, com o objetivo de mensurar o valor da contribuição da Empresa para geração da Riqueza Nacional, e explicitar a distribuição para a sociedade na forma de Remuneração do Trabalho, Governo e Acionista.

DESCRIÇÃO	EM REAIS	
	30.06.2021	REAPRESENTADO 30.06.2020
<b>1 - RECEITAS</b>	<b>549.379.546,97</b>	<b>389.993.784,57</b>
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	570.296.386,39	394.270.845,78
1.2) Outras Receitas	45.428,90	34.539,60
1.4) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Reversão/(Constituição)	(2.160.478,34)	3.081.372,34
1.5) Deduções de Vendas	23.122.746,66	1.230.228,47
<b>2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b> (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)	<b>282.068.570,28</b>	<b>174.515.037,46</b>
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	256.240.067,87	154.171.033,00
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	32.477.669,35	20.344.004,46
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos	(6.649.166,94)	0,00
<b>3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b>	<b>267.310.976,69</b>	<b>215.478.747,11</b>
<b>4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO</b>	<b>23.655.790,92</b>	<b>25.510.332,70</b>
<b>5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)</b>	<b>243.655.185,77</b>	<b>189.968.414,41</b>
<b>6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>692.941.739,14</b>	<b>5.213.614,38</b>
6.1) Receitas financeiras	11.667.495,12	18.908.922,10
6.2) Dividendos	114.881,89	9.337,13
6.3) Outras Receitas	681.159.362,13	(13.704.644,85)
<b>7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)</b>	<b>936.596.924,91</b>	<b>195.182.028,79</b>
<b>8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>936.596.924,91</b>	<b>195.182.028,79</b>
8.1) Pessoal	184.089.800,46	166.606.706,85
8.1.1 - Remuneração direta	143.745.697,89	136.173.753,06
8.1.2 - Benefícios	31.651.123,68	21.865.594,02
8.1.3 - F.G.T.S.	8.692.978,89	8.567.359,77
8.2) Impostos, taxas e contribuições	26.175.923,54	38.929.918,75
8.2.1 - Federais	25.206.034,20	34.668.225,98
8.2.2 - Estaduais	816.193,28	1.702.502,09
8.2.3 - Municipais	153.696,06	2.559.190,68
8.3) Remuneração de Capitais de Terceiros	10.120.155,56	7.625.494,02
8.3.1 - Juros	9.047.240,78	6.509.803,82
8.3.2 - Aluguéis	1.072.914,78	1.115.690,20
8.4) Remuneração de Capitais Próprios	716.211.045,35	(17.980.090,83)
8.4.2 - Lucros retidos / Prejuízo do exercício	716.211.045,35	(17.980.090,83)

A Demonstração do Valor Adicionado é parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Rio de Janeiro, 30 de Junho de 2021

HUGO CAVALCANTE NOGUEIRA  
PRESIDENTE  
C.P.F. Nº 730.461.917-15

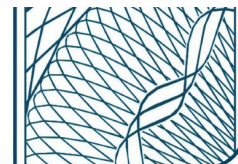
PAULO RICARDO DE MATTOS FERREIRA  
DIRETOR  
DE INOVAÇÃO E MERCADO  
C.P.F. Nº 744.008.607-44

JEAN PEDRAZZA REICHE  
DIRETOR  
DE GOVERNANÇA, ORÇAMENTO E FINANÇAS  
C.P.F. Nº 053.956.847-35

LUIZ SERGIO MADEIRO DA COSTA  
DIRETOR  
DE GESTÃO  
C.P.F. Nº 731.419.417-34

SÉRGIO PERINI RODRIGUES  
DIRETOR  
DE OPERAÇÕES  
C.P.F. Nº 795.926.357-49

RAMON AGOSTINHO PONTES  
CONTADOR  
C.P.F. Nº 111.991.767-02  
C.R.C. RJ Nº 118.695/O-1



---

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2º TRIMESTRE 2021

### NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

#### 1.1 – CONTEXTO OPERACIONAL

##### (a) Objeto social

A Casa da Moeda do Brasil – CMB – é uma Empresa Pública, constituída pela União nos termos da Lei nº 5.895, de 19 de junho de 1973. Vinculada ao Ministério da Economia, e dotada de personalidade jurídica de direito privado, seu capital pertence integralmente à União. Com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco K, 6º Andar, sala 674, Brasília – DF, CEP 70.040-906, sendo o seu estabelecimento industrial situado à Rua René Bittencourt, 371 – Distrito Industrial de Santa Cruz – RJ, CEP nº 23.565-200. Possui como atividade principal a fabricação de papel-moeda e moeda metálica nacionais, cadernetas de passaporte para fornecimento ao Governo brasileiro, impressão de selos postais, fiscais federais e títulos da dívida pública federal, atividades de controle fiscal que tratam os artigos 27 a 30 da Lei nº 11.488/2007 e o art. 13 da Lei nº 12.995/2014, além das atividades compatíveis com suas práticas industriais, bem como a comercialização de moedas comemorativas nas quantidades autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

As Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Diretoria Executiva da CMB em 15 de setembro de 2021.

##### (b) COVID-19 (CORONAVÍRUS)

O Comitê Gestor de Crise e a Direção da CMB decidiram postergar a implantação da fase 4 do Plano de Retomada da CMB. A nova data estimada para a liberação do retorno de empregados com idade igual ou superior a 60 anos, é 08/09. Quanto ao retorno de todos os empregados às dependências da empresa, inclusive gestantes, lactantes e mães/pais de crianças menores que 12 anos, é 14/09.

O intuito da constante revisão do Plano é promover o retorno seguro, organizado e planejado ao trabalho presencial, sempre priorizando a saúde dos moedeiros e a manutenção de um ambiente de trabalho seguro

#### 1.2 – DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

As Demonstrações Contábeis foram preparadas utilizando-se a base contábil de continuidade operacional e estão sendo apresentadas de acordo com os Pronunciamentos Técnicos Contábeis – (CPC), a Norma Internacional - (IAS) e também com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

As Demonstrações Contábeis da CMB estão sendo apresentadas conforme a orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas Notas Explicativas. Em resumo, sugere uma divulgação à luz da relevância da informação, considerando características qualitativas, quantitativas e os riscos para a entidade.





---

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2º TRIMESTRE 2021

A Administração avaliou a capacidade da Casa da Moeda do Brasil de se manter operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Ressalte-se que a CMB é uma empresa federal, com 327 anos de existência, 100% pública, e independente do Orçamento Geral da União. Adicionalmente, não há conhecimento por parte desta Administração de nenhuma incerteza material em relação a eventos ou condições que possam gerar dúvida significativa em relação a sua capacidade de operação.

Assim, essas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

### **NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 6.404/1976 E ALTERAÇÕES POSTERIORES PELAS LEIS: Nº 11.638/2007 E Nº 11.941/2009 E ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS INTERNACIONAIS.**

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em 30 de junho de 2021 em moeda corrente nacional (R\$) e devem ser lidas em conjunto com as elaboradas ao final do exercício anterior.

O critério de mensuração utilizado na elaboração das Demonstrações Contábeis considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor recuperável.

#### 2.1 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Não ocorreram mudanças significativas nas políticas contábeis das Demonstrações Contábeis de 30 de junho de 2021, bem como nos métodos de cálculos utilizados em relação àqueles apresentados nas Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

#### 2.2 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

##### (a) Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, com riscos insignificantes de mudança de valor e prontamente conversíveis em caixa. São contabilizados pelo seu valor de face, que é equivalente ao seu valor justo.

##### (b) Contas a Receber de Clientes

As Contas a Receber de Clientes são reconhecidas na mensuração inicial a valor justo e posteriormente pelo seu custo amortizado, menos as Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD). O ajuste a valor presente, para efeito de determinação do montante de juros a apropriar com base no método da taxa de juros efetivos, não foi aplicado pela irrelevância do impacto nas Demonstrações Contábeis.





---

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2º TRIMESTRE 2021

A estimativa para créditos de liquidação duvidosa é feita com base em uma análise de todas as quantias a receber existentes na data do Balanço Patrimonial. Uma PECLD é registrada quando há evidência objetiva de que a CMB não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Registra-se a PECLD no montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos recebíveis. A estimativa de perda é reconhecida na Demonstração do Resultado, assim como suas reversões.

### (c) Estoques

Os estoques são inicialmente registrados pelo seu custo de aquisição e, na mensuração subsequente, são valorados pelo menor, entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui os gastos incorridos na aquisição do bem, transporte até a sua localização atual e colocação em condições de uso e venda. Para a apuração do custo dos estoques emprega-se o método da média ponderada móvel.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração contempla as matérias-primas, outros materiais de produção, o custo da mão de obra direta, outros custos diretos e a parcela dos custos fixos apropriados aos produtos conforme critério de rateio. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado, em condições normais de mercado, deduzido dos gastos para colocação dos produtos em condições de venda e realização da venda.

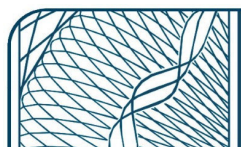
Estoques têm seu valor reduzido quando o valor líquido de realização na mensuração subsequente se torna menor que o valor contábil dos estoques. O cálculo do valor líquido de realização leva em consideração as características específicas de cada categoria de estoque, tais como: data de validade, vida útil, indicadores de movimentação, entre outros.

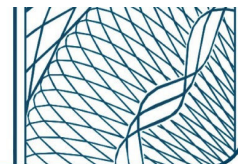
### (d) Investimentos

Os investimentos em participação no capital social de outras sociedades são avaliados pelo custo histórico, deduzido de perdas estimadas na realização do seu valor, quando essa perda estiver comprovada como permanente. Tal critério é aplicado aos Investimentos da CMB, pois segundo o CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, nos casos de exceção à aplicação do método de equivalência patrimonial, o item 17 (b) diz que os instrumentos de dívida ou patrimoniais da entidade quando não negociados publicamente (bolsas de valores domésticas ou estrangeiras ou mercado de balcão, incluindo mercados locais e regionais), devem ser mantidos ao seu custo histórico.

### (e) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo menos a depreciação acumulada e as perdas por redução ao valor de recuperação. O custo abrange o preço de aquisição à vista acrescido de todos os outros custos diretamente relacionados ao ativo imobilizado de forma a colocá-lo em condições de operação na forma pretendida pela Administração da CMB. Os métodos de depreciação, valor residual, bem como as vidas úteis são reavaliados e ajustados, se apropriados, anualmente.





---

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2º TRIMESTRE 2021

Não há, no caso da CMB, obrigações legais ou contratuais de desmontagem associadas a ativos imobilizados e, portanto, não há constituição de provisões para desmobilização.

O montante depreciable é o custo de um ativo menos o seu valor residual. Os valores residuais, se não insignificantes, são reavaliados anualmente. A depreciação dos itens inicia-se a partir do momento que os ativos estão instalados e prontos para uso, utilizando-se o método linear ao longo da vida útil estimada dos bens.

A Administração aplica julgamentos na avaliação e determinação das vidas úteis dos ativos.

### (f) Intangível

#### Software

O software adquirido é mensurado pelo custo de aquisição menos a amortização acumulada. A amortização relacionada a software está incluída no custo das vendas de produtos e serviços ou despesas administrativas, dependendo da atividade à qual o software está relacionado.

#### Amortização

Intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com o método linear pelo período de sua vida útil estimada. Software e custos diretamente atribuíveis de desenvolvimento capitalizados relacionados à tecnologia são amortizados ao longo de cinco anos na CMB.

### (g) Redução ao valor de recuperação (*impairment*) de ativos

Os valores contábeis dos ativos não monetários como ativos imobilizados e intangíveis são revisados, no mínimo, anualmente para avaliar se existem indicativos de redução ao valor de recuperação. Se existir algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado.

Assim que apurada, uma perda de redução ao valor de recuperação é reconhecida, se o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor de recuperação.

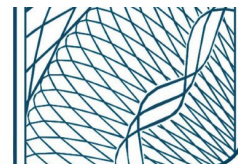
As Perdas de Redução ao Valor de Recuperação são reconhecidas no resultado do exercício.

O valor de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis é apurado como sendo o maior entre o seu valor justo e o seu valor em uso. O valor justo é considerado o valor de mercado ajustado e líquido das despesas de venda. No caso de ativos que não geram fluxos de caixa individuais significativos, o montante recuperável é determinado para a unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

No caso da CMB, o valor recuperável de melhor representação é o seu valor em uso, já que, dada a especificidade dos seus equipamentos, não há valor de mercado referencial. Ao mensurar seu valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente utilizando uma taxa de desconto que reflita avaliações de mercado atuais do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Os ativos imobilizados e intangíveis são revisados para possível reversão do *impairment* na data de apresentação. A perda por redução ao valor de recuperação é revertida somente até a extensão em que





---

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2º TRIMESTRE 2021

o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que seria determinado, líquido de depreciação ou amortização, caso nenhuma perda por redução ao valor de recuperação tivesse sido reconhecida.

### (h) Fornecedores

Contas a Pagar/Fornecedores são reconhecidos, inicialmente, pelo seu valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado. O ajuste a valor presente para efeito de determinação da taxa de juros efetivos não é aplicado nestas obrigações classificadas no curto prazo, dada a não relevância do impacto nas Demonstrações Contábeis.

### (i) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a CMB tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, resultante de eventos passados (é provável que haja um desembolso futuro para liquidar uma obrigação presente) ou quando o valor pode ser estimado com razoável segurança.

### (j) Contingências

O ativo contingente segue deliberação da Administração da CMB, consolidado em norma interna sobre o tema, reconhecendo-os como Ativos somente quando forem efetivamente líquidos de recebimento.

O passivo contingente é reconhecido quando é mais provável do que improvável que a CMB será obrigada a fazer pagamentos futuros como resultado de eventos passados. Tais pagamentos incluem, mas não estão limitados, a várias reivindicações, processos e ações junto à CMB, relativas a disputas trabalhistas, reclamações de autoridades fiscais e outros assuntos contenciosos. A classificação quanto à condição de provável, possível e remota, bem como o critério de mensuração das contingências foram elaborados em condições consideradas razoáveis.

### (k) Imposto de Renda e Contribuição Social

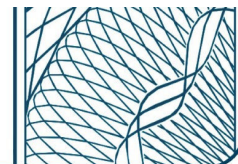
A forma de tributação em que se enquadra a CMB é a do lucro real anual conforme legislação em vigor, com Provisão para Imposto de Renda à alíquota de 15% e adicional de 10% sobre o lucro fiscal que ultrapassar R\$ 240.000,00 por ano; e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido à alíquota de 9%.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social são reconhecidos no resultado do exercício. A despesa com imposto corrente é a expectativa de pagamento sobre o lucro tributável do ano, utilizando a taxa nominal na data do Balanço Patrimonial e qualquer ajuste de imposto a pagar relacionado a exercícios anteriores.

Com relação às constituições Ativo Fiscal Diferido de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre prejuízo fiscal, deve-se reconhecer o ativo fiscal diferido com relação a prejuízos fiscais à medida que for provável que no futuro haverá lucro tributável suficiente para compensar esses prejuízos. A avaliação dessa situação é de responsabilidade da administração da entidade e requer julgamento das







---

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2º TRIMESTRE 2021

evidências existentes. A ocorrência de prejuízos recorrentes constitui uma dúvida sobre a recuperabilidade do ativo diferido.

O reconhecimento de Ativo Fiscal Diferido passa, além da existência de dúvidas quanto à continuidade operacional, por outras circunstâncias que não sejam originárias do registro do ativo fiscal diferido. Tais como a inviabilidade de pressuposto sobre projeções de lucros futuros que se tornam cada vez mais imprecisos conforme o período das projeções aumenta.

A CMB, na grande maioria dos seus produtos vendidos e serviços prestados, abrange contratos com períodos limitados a um exercício.

A CMB, ao avaliar a probabilidade de lucro tributável futuro contra o qual possa utilizar os prejuízos fiscais, considera, entre outros critérios, se há oportunidade identificada que possa gerar lucro tributável no período em que os prejuízos possam ser compensados, pois, não havendo probabilidade de lucro tributável para compensar os prejuízos fiscais, o ativo fiscal diferido não deve ser reconhecido.

### (I) Reconhecimento de Receita

A CMB reconhece a receita quando ela performa de acordo com o contrato do cliente, ou seu valor puder ser mensurado com segurança, e seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida, ou a receber, pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

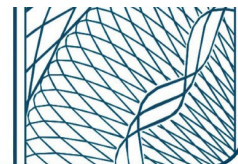
Ao que se refere ao programa SCORPIOS, o reconhecimento dos Serviços Executados a Faturar é baseado na leitura/contagem mensal advinda do relatório gerencial, administrado pela Receita Federal do Brasil.

### NOTA 3 – RETIFICAÇÃO DE ERROS

Durante a apuração do 1º trimestre de 2021 foram identificados valores presentes na rubrica de Produtos em Processos relacionados a fabricação de produtos com contratos já finalizados. Como as ordens de produção em questão não foram encerradas tempestivamente, esse saldo não participou da composição do custo do produto vendido no momento da venda, uma vez que ainda era mantido em Estoque de Produtos em Processo. Assim há a necessidade da recomposição dos custos dos produtos vendidos de períodos anteriores acompanhada da redução da rubrica de Produtos em Processo.

As tabelas a seguir resumem o impacto nas demonstrações financeiras:





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
2º TRIMESTRE 2021**

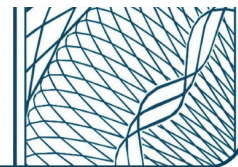
**3.1 - BALANÇO PATRIMONIAL**

	<b>IMPACTO DA RETIFICAÇÃO DE ERRO EM 31/12/2020</b>		
	<b>Anteriormente apresentado</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Reapresentado</b>
ESTOQUES	352.512.143,26	(48.059.262,58)	304.452.880,68
PRODUTOS EM PROCESSO	87.240.614,25	(48.059.262,58)	39.181.351,67
OUTROS ESTOQUES	265.271.529,01	0,00	265.271.529,01
OUTROS	2.389.171.837,53	0,00	2.389.171.837,53
<b>TOTAL DE ATIVOS</b>	<b>2.741.683.980,79</b>	<b>(48.059.262,58)</b>	<b>2.693.624.718,21</b>
<b>TOTAL DE PASSIVOS</b>	<b>1.113.656.524,01</b>	<b>0,00</b>	<b>1.113.656.524,01</b>
CAPITAL SOCIAL	1.360.677.814,09	0,00	1.360.677.814,09
RESERVAS DE LUCRO	267.349.642,69	(48.059.262,58)	219.290.380,11
RESERVA PARA INVESTIMENTOS	240.134.719,70	(48.059.262,58)	192.075.457,12
OUTROS	27.214.922,99	0,00	27.214.922,99
<b>TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO</b>	<b>1.628.027.456,78</b>	<b>(48.059.262,58)</b>	<b>1.579.968.194,20</b>

**3.2 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**

	<b>IMPACTO DA RETIFICAÇÃO DE ERRO EM 31/12/2020</b>		
	<b>Anteriormente apresentado</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Reapresentado</b>
I - RECEITA LÍQUIDA DAS VENDAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS	1.077.779.134,87	0,00	1.077.779.134,87
II - CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS	(776.086.696,56)	(48.059.262,58)	(824.145.959,14)
III - LUCRO BRUTO OPERACIONAL	301.692.438,31	(48.059.262,58)	253.633.175,73
IV - DESPESAS ( RECEITAS ) OPERACIONAIS	(514.314.325,88)	0,00	(514.314.325,88)
V - RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	(212.621.887,57)	(48.059.262,58)	(260.681.150,15)
VI - RESULTADO FINANCEIRO	15.557.650,46	0,00	15.557.650,46
VII - RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	(197.064.237,11)	(48.059.262,58)	(245.123.499,69)
VIII - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO	0,00	0,00	0,00
IX - RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(197.064.237,11)	(48.059.262,58)	(245.123.499,69)





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
2º TRIMESTRE 2021**

**3.2.1 – REAPRESENTAÇÃO TRIMESTRAL**

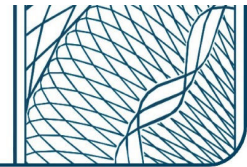
	<b>1º Trimestre Reapresentado</b>	<b>2º Trimestre Reapresentado</b>	<b>3º Trimestre Reapresentado</b>	<b>4º Trimestre Reapresentado</b>
I - RECEITA LÍQUIDA DAS VENDAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS	91.360.024,40	384.081.578,92	731.561.815,39	1.077.779.134,87
II - CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS	(57.186.520,89)	(275.064.645,36)	(566.091.575,37)	(824.145.959,14)
III - LUCRO BRUTO OPERACIONAL	34.173.503,51	109.016.933,56	165.470.240,02	253.633.175,73
IV - DESPESAS ( RECEITAS ) OPERACIONAIS	(77.701.306,31)	(138.786.155,63)	(234.892.453,97)	(514.314.325,88)
V - RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	(43.527.802,80)	(29.769.222,07)	(69.422.213,95)	(260.681.150,15)
VI - RESULTADO FINANCEIRO	6.360.694,36	11.789.131,24	13.323.884,99	15.557.650,46
VII - RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	(37.167.108,44)	(17.980.090,83)	(56.098.328,96)	(245.123.499,69)
VIII - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00
IX - RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(37.167.108,44)	(17.980.090,83)	(56.098.328,96)	(245.123.499,69)

**3.3 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**

**IMPACTO DA RETIFICAÇÃO DE ERRO EM 31/12/2020**

	<b>Anteriormente apresentado</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Reapresentado</b>
<b>LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO AJUSTADO</b>	<b>106.919.135,37</b>	<b>(48.059.262,58)</b>	<b>58.859.872,79</b>
ESTOQUES	(172.325.695,64)	(48.059.262,58)	(124.266.433,06)
OUTROS	(94.224.540,93)	-	(94.224.540,93)
TOTAL: AUMENTO/REDUÇÃO NOS ATIVOS OPERACIONAIS	(266.550.236,57)	(48.059.262,58)	(218.490.973,99)
TOTAL: AUMENTO/REDUÇÃO NOS PASSIVOS OPERACIONAIS	267.113.815,15	0,00	267.113.815,15
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO/CONSUMIDO PELAS ATIV. OPERACIONAIS</b>	<b>107.482.713,95</b>	<b>0,00</b>	<b>107.482.713,95</b>
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO/CONSUMIDO PELAS ATIV. DE INVEST E FINANC</b>	<b>10.641.004,53</b>	<b>0,00</b>	<b>10.641.004,53</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA</b>	<b>118.123.718,48</b>	<b>0,00</b>	<b>118.123.718,48</b>





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**2º TRIMESTRE 2021**

**3.3.1 – REAPRESENTAÇÃO TRIMESTRAL**

	1º Trimestre Reapresentado	2º Trimestre Reapresentado	3º Trimestre Reapresentado	4º Trimestre Reapresentado
<b>LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO AJUSTADO</b>	<b>(20.363.069,41)</b>	<b>13.403.360,63</b>	<b>9.113.386,84</b>	<b>58.859.872,79</b>
ESTOQUES	(102.428.220,95)	(138.383.839,52)	(149.231.438,76)	(124.266.433,06)
OUTROS	(22.640.713,94)	(69.264.759,31)	(76.980.324,52)	(94.224.540,93)
<b>TOTAL: AUMENTO/REDUÇÃO NOS ATIVOS OPERACIONAIS</b>	<b>(125.068.934,89)</b>	<b>(207.648.598,83)</b>	<b>(226.211.763,28)</b>	<b>(218.490.973,99)</b>
<b>TOTAL: AUMENTO/REDUÇÃO NOS PASSIVOS OPERACIONAIS</b>	<b>90.483.406,56</b>	<b>144.856.225,75</b>	<b>138.449.706,64</b>	<b>267.113.815,15</b>
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO/CONSUMIDO PELAS ATIV. OPERACIONAIS</b>	<b>(54.948.597,74)</b>	<b>(49.389.012,45)</b>	<b>(78.648.669,80)</b>	<b>107.482.713,95</b>
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO/CONSUMIDO PELAS ATIV. DE INVEST E FINANC</b>	<b>15.549.140,54</b>	<b>15.287.891,52</b>	<b>13.337.035,89</b>	<b>10.641.004,53</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA</b>	<b>(39.399.457,20)</b>	<b>(34.101.120,93)</b>	<b>(65.311.633,91)</b>	<b>118.123.718,48</b>

**3.4 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

	IMPACTO DA RETIFICAÇÃO DE ERRO EM 31/12/2020		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
<b>CAPITAL</b>	<b>1.360.677.814,09</b>	<b>0,00</b>	<b>1.360.677.814,09</b>
INVESTIMENTOS	240.134.719,70	(48.059.262,58)	192.075.457,12
OUTROS	27.214.922,99	0,00	27.214.922,99
<b>RESERVAS DE LUCRO</b>	<b>267.349.642,69</b>	<b>(48.059.262,58)</b>	<b>219.290.380,11</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.628.027.456,78</b>	<b>(48.059.262,58)</b>	<b>1.579.968.194,20</b>

**3.4.1 – REAPRESENTAÇÃO TRIMESTRAL**

	IMPACTO DA RETIFICAÇÃO DE ERRO			
	1º Trimestre Reapresentado	2º Trimestre Reapresentado	3º Trimestre Reapresentado	4º Trimestre Reapresentado
<b>CAPITAL</b>	<b>1.360.677.814,09</b>	<b>1.360.677.814,09</b>	<b>1.360.677.814,09</b>	<b>1.360.677.814,09</b>
INVESTIMENTOS	437.198.956,81	437.198.956,81	437.198.956,81	192.075.457,12
OUTROS	(17.689.276,07)	(17.689.276,07)	(17.689.276,07)	27.214.922,99
LUCROS ACUMULADOS	(37.167.108,44)	(17.980.090,83)	(56.098.328,96)	0,00
<b>RESERVAS DE LUCRO</b>	<b>382.342.572,30</b>	<b>401.529.589,91</b>	<b>363.411.351,78</b>	<b>219.290.380,11</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.743.020.386,39</b>	<b>1.762.207.404,00</b>	<b>1.724.089.165,87</b>	<b>1.579.968.194,20</b>





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
2º TRIMESTRE 2021**

**3.5 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**

**IMPACTO DA RETIFICAÇÃO DE ERRO EM 31/12/2020**

	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
<b>I - LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(197.064.237,11)</b>	<b>(48.059.262,58)</b>	<b>(245.123.499,69)</b>
(+/-) Superávit (Déficit) Atuarial de Previdência Privada	44.904.199,06	0,00	44.904.199,06
<b>II - TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>(152.160.038,05)</b>	<b>(48.059.262,58)</b>	<b>(200.219.300,63)</b>

**3.5.1 – REAPRESENTAÇÃO TRIMESTRAL**

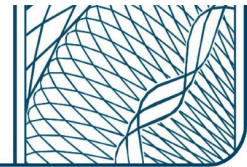
	1º Trimestre Reapresentado	2º Trimestre Reapresentado	3º Trimestre Reapresentado	4º Trimestre Reapresentado
<b>I - LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(37.167.108,44)</b>	<b>(17.980.090,83)</b>	<b>(56.098.328,96)</b>	<b>(245.123.499,69)</b>
(+/-) Superávit (Déficit) Atuarial de Previdência Privada	0,00	0,00	0,00	44.904.199,06
<b>II - TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>(37.167.108,44)</b>	<b>(17.980.090,83)</b>	<b>(56.098.328,96)</b>	<b>(200.219.300,63)</b>

**3.6 – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

**IMPACTO DA RETIFICAÇÃO DE ERRO EM 31/12/2020**

	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
<b>RECEITAS</b>	<b>885.655.770,34</b>	<b>0,00</b>	<b>885.655.770,34</b>
CUSTO DOS PRODUTOS, DAS MERCADORIAS E DOS SERVIÇOS	508.236.265,56	48.059.262,58	556.295.528,14
OUTROS	78.029.479,58	0,00	78.029.479,58
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>586.265.745,14</b>	<b>48.059.262,58</b>	<b>634.325.007,72</b>
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>299.390.025,20</b>	<b>48.059.262,58</b>	<b>251.330.762,62</b>
<b>DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO</b>	<b>50.579.256,78</b>	<b>0,00</b>	<b>50.579.256,78</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>33.234.225,60</b>	<b>0,00</b>	<b>33.234.225,60</b>
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>282.044.994,02</b>	<b>0,00</b>	<b>233.985.731,44</b>





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
2º TRIMESTRE 2021**

**3.5.1 – REAPRESENTAÇÃO TRIMESTRAL**

	1º Trimestre Reapresentado	2º Trimestre Reapresentado	3º Trimestre Reapresentado	4º Trimestre Reapresentado
<b>RECEITAS</b>	<b>100.487.337,46</b>	<b>389.993.784,57</b>	<b>728.254.379,66</b>	<b>885.655.770,34</b>
CUSTO DOS PRODUTOS, DAS MERCADORIAS E DOS SERVIÇOS	2.015.716,16	154.171.033,00	359.559.880,21	556.295.528,14
OUTROS	10.217.485,69	20.344.004,46	41.747.515,92	78.029.479,58
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>12.233.201,85</b>	<b>174.515.037,46</b>	<b>401.307.396,13</b>	<b>634.325.007,72</b>
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>88.254.135,61</b>	<b>215.478.747,11</b>	<b>326.946.983,53</b>	<b>251.330.762,62</b>
<b>DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO</b>	<b>12.754.910,45</b>	<b>25.510.332,70</b>	<b>38.170.172,84</b>	<b>50.579.256,78</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>(5.376.262,08)</b>	<b>5.213.614,38</b>	<b>17.199.116,46</b>	<b>33.234.225,60</b>
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>70.122.963,08</b>	<b>195.182.028,79</b>	<b>305.975.927,15</b>	<b>233.985.731,44</b>

**NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	<b>VALORES (EM R\$)</b>	
<b>CAIXA E EQUIVALENTES CAIXA</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
CAIXA/CONTAS CORRENTES	450.693,70	724.369,57
APLICAÇÕES FINANCEIRAS (a.1)	398.122.284,99	526.197.717,41
<b>TOTAL</b>	<b>398.572.978,69</b>	<b>526.922.086,98</b>

Os recursos aplicados são destinados à manutenção operacional e administrativa da Entidade, conforme demonstrado no quadro acima.

**(a.1) – APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

	<b>VALORES (EM R\$)</b>			
<b>APLICAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>30/06/2021</b>		<b>31/12/2020</b>	
	<b>VALORES (EM R\$)</b>	<b>TAXA DE RENTABILIDADE ÚLTIMOS 12 MESES</b>	<b>VALORES (EM R\$)</b>	<b>TAXA DE RENTABILIDADE ÚLTIMOS 12 MESES</b>
BANCO DO BRASIL (BB EXTRAMERCADO)	398.122.284,99	1,8523%	526.197.717,41	3,8234%
<b>TOTAL</b>	<b>398.122.284,99</b>		<b>526.197.717,41</b>	

Em conformidade com a Resolução BACEN nº 3284 de 25 de maio de 2005 e suas alterações, as aplicações das disponibilidades resultantes das receitas próprias da CMB são efetuadas em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil S.A., sem prazo definido e sem taxa de penalidade em caso de resgate.

A redução se deve à queda das disponibilidades no período, devido ao deferimento de tutela requerida para autorizar a parte autora (CMB) a depositar o montante de R\$ 116.247.499,50 em conta à disposição deste Juízo as parcelas vincendas devidas, em razão do acordo homologado por sentença proferida nos autos do processo nº 0175750-85.2016.4.02.510, conforme os prazos ali estipulados, sendo tais depósitos considerados como pagamento regular para o efeito de afastar as penalidades





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**2º TRIMESTRE 2021**

decorrentes do inadimplemento, conforme previstas no mesmo acordo supramencionado, e à brusca redução da taxa de rentabilidade da aplicação concomitante com a redução do disponível.

**NOTA 5 - CONTAS A RECEBER, SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR E OUTROS CRÉDITOS**

**5.1 - CONTAS A RECEBER BRUTO**

CLIENTES	VALORES (EM R\$)	
	30/06/2021	31/12/2020
<b>Duplicatas a Receber de Clientes - AC (a.1)</b>	<b>49.404.107,07</b>	<b>24.489.821,44</b>
Duplicatas a Receber - Clientes Comerciais - ANC	15.474.308,63	15.474.308,63
Duplicatas a Receber - Clientes do Exterior - ANC	10.668.455,24	11.085.921,45
Duplicatas a Receber - Envasadores de Bebidas - ANC	26.236.268,15	26.236.268,15
Duplicatas a Receber - Acordo de Leniência - ANC	491.693.047,03	0,00
<b>Duplicatas a Receber de Clientes - Subtotal - ANC (a.2)</b>	<b>544.072.079,05</b>	<b>52.796.498,23</b>
<b>SUBTOTAL (AC + ANC)</b>	<b>593.476.186,12</b>	<b>77.286.319,67</b>

Essa rubrica registra os saldos a receber de clientes da CMB até a data de 30/06/2021.

A CMB, em sua política comercial, não realiza venda de longo prazo. O saldo constante de clientes do Ativo Não Circulante se refere à prática de controle e acompanhamento de clientes inadimplentes há mais de um exercício transferidos do Ativo Circulante. Por conta desse critério, não foi aplicado o ajuste a valor presente do saldo de contas a receber pela não relevância do impacto nas demonstrações.

A rubrica apresenta variação de R\$ 24.496.819,42 evidenciada a seguir:

**(a.1) Duplicatas a Receber de Clientes - Ativo Circulante**

A variação da conta Clientes a Receber AC foi de R\$ 24.914.285,63.

A variação total de R\$ 24.914.285,63 é formada pelo aumento dos saldos de contas a receber de R\$ 27.103.430,48 e R\$ 8.755.582,32, referentes ao Banco Central do Brasil e Departamento da Polícia Federal, respectivamente, e a concomitante redução de R\$ 10.944.727,17 em diversos outros clientes, sendo o principal deles a Sociedad Del Estado Casa De Moneda Argentina.

**(a.2) Duplicatas a Receber de Clientes - Ativo Não Circulante**

O aumento R\$ 491.693.047,03 se refere ao Acordo de Leniência firmado com as empresas SICPA e CEPTIS, conforme explicitado na Nota 24. A variação de R\$ 417.466,21 de Duplicatas a Receber - Clientes do Exterior – ANC se refere a variação cambial do referido período.





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**2º TRIMESTRE 2021**

**5.2 – SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR BRUTO**

<b>SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR</b>	<b>VALORES (EM R\$)</b>	
	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Selo Digital - Parceria Pharos - AC	169.001.855,65	100.165.604,27
Selo Físico - Parceria Pharos - AC	41.115.889,55	24.637.472,06
<b>Serviços Executados a Faturar - Subtotal - AC (a.1)</b>	<b>210.117.745,20</b>	<b>124.803.076,33</b>
Programa Sicobe - ANC	165.099.968,63	165.099.968,63
Programa Scorpios - ANC	12.693.214,23	12.693.214,23
Parceria Pharos - ANC	25.026.999,16	25.026.999,16
<b>Serviços Executados a Faturar - Subtotal - ANC</b>	<b>202.820.182,02</b>	<b>202.820.182,02</b>
<b>SUBTOTAL (AC + ANC)</b>	<b>412.937.927,22</b>	<b>327.623.258,35</b>

A rubrica Serviços Executados a Faturar apresenta o saldo de valores a faturar sobre serviços decorrentes da utilização de selos de controle e dos equipamentos contadores de produção de Bebidas e Cigarros.

A rubrica apresenta variação de R\$ 85.314.668,87 evidenciada a seguir:

**(a.1) Serviços Executados a Faturar – Ativo Circulante**

Destaca-se a rubrica Serviços Executados a Faturar – Parceria Pharos em que a segregação busca evidenciar o saldo de Serviços Executados a Faturar de cada contrato de prestação de serviço.

Entre os períodos de 1º de janeiro à 14 de abril de 2020, devido aos efeitos da MP 902/2019, o reconhecimento dos Serviços Executados a Faturar passou a ser baseado em 100% leitura/contagem mensal; entretanto, com a perda da eficácia da MP, o reconhecimento dos Serviços Executados a Faturar voltou a ser baseado em 70% da leitura/contagem mensal advinda do relatório gerencial do programa SCORPIOS e dos DARFs recolhidos pelos Fumageiros SELOS FÍSICOS.

As principais variações da rubrica no aumento R\$ 85.314.668,87 se referem ao aumento de R\$ 68.836.251,38 de Selo Digital - Parceria Pharos e de R\$ 16.478.417,49 de Selo Físico - Parceria Pharos devido ao reconhecimento dos serviços prestados e a não conciliação, o qual está prevista para o 3º trimestre de 2021, dos valores recebidos, pois os mesmos foram feitos pela RFB à CMB no dia 31/12/20 referente aos 2º e 3º trimestres de 2020.

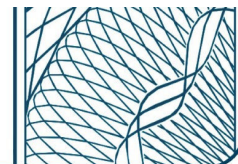
**5.3 – VALORES A RECEBER EC 93/2016 BRUTO**

<b>VALORES A RECEBER EC 93/2016</b>	<b>VALORES (EM R\$)</b>	
	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Valores a Receber EC 93/2016 - ANC	311.014.931,77	311.014.931,77
<b>SUBTOTAL</b>	<b>311.014.931,77</b>	<b>311.014.931,77</b>

A conta Valores a Receber EC 93/2016 foi aberta para evidenciar o desconto de tais valores nos recebimentos ocorridos entre dezembro de 2018 e fevereiro de 2019 e não apresentou variação no período.







## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2º TRIMESTRE 2021

### 5.4 – PERDA ESTIMADA COM CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A Administração definiu como critério para reconhecimento da PECLD o saldo de inadimplentes acima de 180 dias na integralidade dos saldos em aberto.

O ajuste a valor presente para efeito de determinação do montante de juros a apropriar com base no método da taxa de juros efetivos, não foi aplicado pela não relevância do impacto nas demonstrações.

Com relação aos programas de rastreabilidade de selos de bebidas e de cigarros, consideram-se clientes inadimplentes aqueles em aberto após a efetiva emissão das faturas nos respectivos períodos.

Além disso, considera-se saldo líquido de clientes inadimplentes para esses programas o saldo de inadimplentes deduzido do último percentual de repasse à prestadora.

Não obstante a constituição das Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), a Administração deliberou por manter o ajuizamento das ações pertinentes a Clientes Inadimplentes e Duplicatas a Receber - Envasadores, conforme definido no plano de ação do Departamento Jurídico, no sentido de agilizar os procedimentos de cobranças extrajudiciais e judiciais, sendo priorizados aqueles que possuem maiores saldos devedores individuais e também os mais antigos na tentativa de afastar eventualmente pronunciamento de prescrição.

#### (a) PECLD – Clientes Comerciais

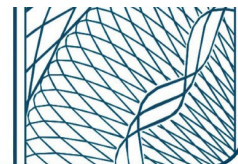
PECLD - CLIENTES COMERCIAIS (a)	VALORES (EM R\$)	
	30/06/2021	31/12/2020
(-) PECLD - Duplicatas a Receber - Clientes Comerciais - AC	(2.783.789,51)	(4.526.801,64)
(-) PECLD - Duplicatas a Receber - Clientes Comerciais - ANC	(15.474.308,63)	(15.474.308,63)
(-) PECLD - Duplicatas a Receber - Clientes do Exterior - ANC	(10.668.455,24)	(11.085.921,45)
(-) PECLD - Duplicatas a Receber - Envasadores de Bebidas - ANC	(10.402.952,18)	(10.402.952,18)
<b>Subtotal - ANC</b>	<b>(36.545.716,05)</b>	<b>(36.963.182,26)</b>
<b>SUBTOTAL</b>	<b>(39.329.505,56)</b>	<b>(41.489.983,90)</b>
<b>EFEITO LÍQUIDO NO RESULTADO - 2021</b>		<b>2.160.478,34</b>

O efeito positivo no resultado de R\$ 2.160.478,34 se deve à redução de R\$ 1.743.012,13 da PECLD de Clientes Comerciais do Ativo Circulante e de R\$ 417.466,21 de Duplicatas a Receber - Clientes do Exterior provocado pelo efeito da variação cambial do período.

#### (b) PECLD – Serviços a Faturar

PECLD - SERVIÇOS A FATURAR (b)	VALORES (EM R\$)	
	30/06/2021	31/12/2020
(-) PECLD - Serviços Exec a Faturar - Programa Sicobe - ANC	(66.864.539,99)	(66.864.539,99)
(-) PECLD - Serviços Exec a Faturar - Programa Scorpions - ANC	(12.655.616,85)	(12.655.616,85)
(-) PECLD - Serviços Exec a Faturar - Parceria Pharos - ANC	(9.414.399,24)	(9.414.399,24)
<b>Subtotal - ANC</b>	<b>(88.934.556,08)</b>	<b>(88.934.556,08)</b>
<b>SUBTOTAL</b>	<b>(88.934.556,08)</b>	<b>(88.934.556,08)</b>
<b>EFEITO LÍQUIDO NO RESULTADO - 2021</b>		<b>0,00</b>





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**2º TRIMESTRE 2021**

Para o segundo trimestre de 2021, segundo os critérios aplicados para apuração da PECLD, não houve efeito apurado no resultado do exercício.

**(c) PECLD – Valores a Receber EC 93/2016**

	<b>VALORES (EM R\$)</b>	
<b>PECLD - VALORES A RECEBER EC 93/2016 (c )</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
(-) PECLD - VALORES A RECEBER EC 93/2016	(311.014.931,77)	(311.014.931,77)
<b>SUBTOTAL</b>	<b>(311.014.931,77)</b>	<b>(311.014.931,77)</b>
<b>EFEITO LÍQUIDO NO RESULTADO - 2021</b>		<b>0,00</b>

Com relação às Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) sobre Valores a Receber EC 93/2016, a CMB emitiu a Circular - CIR.DETED 003/2019 que define os critérios e parâmetros para baixa dos valores em recebimentos antecipados e emissão das Notas Fiscais, de modo a regulamentar internamente os efeitos da Emenda Constitucional nº 93 de 8 de setembro de 2016 e da Portaria MF nº 480/2018.

Cabe destacar que do valor de R\$ 311.014.931,77, R\$ 190.292.874,48 (R\$ 176.352.003,52 – programa SICOBE e R\$ 13.940.870,96 – programa SCORPIOS) se referem a parcelas que no período de janeiro a agosto de 2016, já haviam sido repassadas à prestadora de serviços Sicpa do Brasil Indústria de Tintas e Sistemas Ltda, por força de contrato.

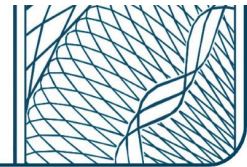
A CMB decidiu assumir como Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa a parcela da prestadora após avaliar o teor da decisão judicial proferida no processo nº 0175750-85.2016.4.02.5101.

**5.5 – CONTAS A RECEBER, SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR E VALORES A RECEBER EC 93/2016 LÍQUIDOS**

**(a) Contas a Receber Líquido**

	<b>VALORES (EM R\$)</b>	
<b>CONTAS A RECEBER LÍQUIDO</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
CONTAS A RECEBER BRUTO - AC	49.404.107,07	24.489.821,44
(-) PECLD - AC	(2.783.789,51)	(4.526.801,64)
<b>Subtotal - AC</b>	<b>46.620.317,56</b>	<b>19.963.019,80</b>
CONTAS A RECEBER BRUTO - ANC	544.072.079,05	52.796.498,23
(-) PECLD - ANC	(36.545.716,05)	(36.963.182,26)
<b>Subtotal - ANC</b>	<b>507.526.363,00</b>	<b>15.833.315,97</b>
<b>TOTAL</b>	<b>554.146.680,56</b>	<b>35.796.335,77</b>





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
2º TRIMESTRE 2021**

**(b) Serviços Executados a Faturar Líquido**

	VALORES (EM R\$)	
<b>SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR LÍQUIDO</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR BRUTO - AC	210.117.745,20	124.803.076,33
<b>Subtotal - AC</b>	<b>210.117.745,20</b>	<b>124.803.076,33</b>
SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR BRUTO - ANC	202.820.182,02	202.820.182,02
(-) PECLD - ANC	(88.934.556,08)	(88.934.556,08)
<b>Subtotal - ANC</b>	<b>113.885.625,94</b>	<b>113.885.625,94</b>
<b>TOTAL</b>	<b>324.003.371,14</b>	<b>238.688.702,27</b>

**(c) Valores a Receber EC 93/2016 Líquido**

	VALORES (EM R\$)	
<b>VALORES A RECEBER EC 93/2016 LÍQUIDO</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
VALORES A RECEBER EC 93/2016 - ANC	311.014.931,77	311.014.931,77
(-) PECLD - ANC	(311.014.931,77)	(311.014.931,77)
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**5.6 – AGING DO CONTAS A RECEBER, SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR E VALORES A RECEBER EC 93/2016**

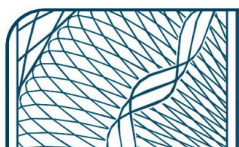
CLIENTES	A vencer	Vencidos até 6 meses	Vencidos de 6 a 12 meses	Vencidos há mais de 12 meses	Saldo em 30/06/2021
CLIENTES	535.491.074,61	95.983,06	5.510.096,43	52.379.032,02	593.476.186,12
PECLD - CLIENTES COMERCIAIS	0,00	0,00	(2.783.789,51)	(36.545.716,05)	(39.329.505,56)
<b>SUBTOTAL</b>	<b>535.491.074,61</b>	<b>95.983,06</b>	<b>2.726.306,92</b>	<b>15.833.315,97</b>	<b>554.146.680,56</b>
SERVIÇOS A FATURAR	210.117.745,20	0,00	0,00	202.820.182,02	412.937.927,22
PECLD - SERVIÇOS A FATURAR	0,00	0,00	0,00	(88.934.556,08)	(88.934.556,08)
<b>SUBTOTAL</b>	<b>210.117.745,20</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>113.885.625,94</b>	<b>324.003.371,14</b>
VALORES A RECEBER EC 93/2016	0,00	0,00	0,00	311.014.931,77	311.014.931,77
PECLD - VALORES A RECEBER EC 93/2016	0,00	0,00	0,00	(311.014.931,77)	(311.014.931,77)
<b>SUBTOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>745.608.819,81</b>	<b>95.983,06</b>	<b>2.726.306,92</b>	<b>129.718.941,91</b>	<b>878.150.051,69</b>

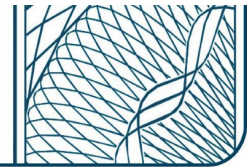
O Aging List segrega os saldos a receber em prazos de vencimento pelos valores de Contas a Receber Bruto deduzidos dos seus respectivos saldos de PECLD.

**5.7 – OUTROS VALORES A RECEBER**

	VALORES (EM R\$)	
<b>OUTROS CRÉDITOS</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
DEPÓSITOS E CAUÇÕES	323.063,78	323.063,78
CREDITOS POR CESSÃO DE PESSOAL (a)	2.703.117,12	2.414.198,13
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER (b)	15.634.941,45	25.011.798,01
<b>TOTAL</b>	<b>18.661.122,35</b>	<b>27.749.059,92</b>

O saldo da rubrica CRÉDITOS POR CESSÃO DE PESSOAL corresponde a valores a serem ressarcidos à CMB por seus empregados alocados a outros Órgãos Públicos, cujas remunerações devem ser reembolsadas à CMB pelas Instituições às quais tais empregados estão cedidos. A CMB





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
2º TRIMESTRE 2021**

vem praticando diversas ações de gestão de recuperação de tais créditos junto aos Órgãos, bem como através de Ações Judiciais.

Além disso, também tem utilizado desta metodologia como prática de redução dos gastos com pessoal ao disponibilizar empregados a outras entidades.

**(a) Créditos por Cessão de Pessoal**

<b>CRÉDITOS POR CESSÃO DE PESSOAL</b>	<b>VALORES (EM R\$)</b>	
	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
CIFRAO - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DA CMB	25.148,56	39.763,99
AGU - ADVOCACIA GERAL UNIAO_COORDENACAO	311.644,10	241.991,36
MINISTERIO DO PLAN. DESENV. E GESTAO- MP	53.437,44	50.788,75
UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	35.619,58	38.641,93
MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE	159.383,26	153.771,73
TRF - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL_2ºREGIAO	244.991,21	270.768,11
IBGE - INSTITUTO BRAS. DE GEOGR. E ESTAT	26.278,02	48.293,46
UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RJ	667.246,68	687.801,86
IFRJ - INST.FED.EDUC.CIENC. E TECN. DO R	407.719,22	407.719,22
ME - MINISTERIO DA ECONOMIA (ANTIGO MF)	61.633,64	96.899,58
UFSJ - UNIVERSID. FED. SAO JOAO DEL REI	62.324,88	48.461,72
SENACON - SECRETARIA NACION. CONSUMIDOR	203.596,17	143.032,78
SENAJUS - SECRET. NACIONAL DE JUSTICA	30.967,96	42.269,74
INT – INST. NAC. DE TECNOLOGIA	21.067,47	28.957,21
MJSP - MINISTERIO JUSTICA SEGURANCA PUB.	30.956,66	37.257,03
FIOCRUZ - FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ	83.795,81	24.011,53
CNEN - COMISSAO NAC DE ENERGIA NUCLEAR	130.545,32	53.768,13
ANP - AGENCIA NACIONAL DE PETROLEO	60.898,28	0,00
MS - MINISTERIO DA SAUDE	36.298,66	0,00
INPI	17.840,42	0,00
MINISTERIO DA ECONOMIA	31.723,78	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.703.117,12</b>	<b>2.414.198,13</b>

**(b) Outros Créditos a Receber**

<b>OUTROS CRÉDITOS A RECEBER</b>	<b>VALORES (EM R\$)</b>	
	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
RECOMPRA DE SELOS FÍSICOS - SRF	11.699.793,47	11.699.793,47
(-) PERDA ESTIMADA COM RECOMPRA SELOS FÍSCOS	(11.699.793,47)	(11.699.793,47)
OUTROS CÉDITOS A RECEBER	15.634.941,45	25.011.798,01
<b>TOTAL</b>	<b>15.634.941,45</b>	<b>25.011.798,01</b>

Na rubrica Outros Créditos a Receber, que totaliza R\$ 15.634.941,45; destacam-se R\$ 11.699.793,47, que se referem a um contrato de ressarcimento, compra e venda por um procedimento de recompra de estoques dos selos fiscais – Selos de Controle Físico – entre a CMB e a UNIÃO, por intermédio da





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
2º TRIMESTRE 2021**

RFB, entretanto, devido à falta de previsibilidade no ressarcimento de tais valores, a Administração reconheceu perda estimada com recompra de Selos Físicos no valor integral da recompra.

No valor de R\$ 15.634.941,45 de Outros Créditos a Receber destacam-se as importações da HID GLOBAL CID SAS no valor de R\$ 8.019.750,02 referente à capas de passaportes; R\$ 2.122.928,39 junto à Empresa KBA Notasys referente à aquisição de peças para manutenção do Departamento de Cédulas; e R\$ 1.750.008,97 junto à Empresa Muhlbauer GmbH Und Co referente à aquisição de equipamento automatizado para personalização de passaportes.

**5.8 – OUTROS CRÉDITOS A LONGO PRAZO**

	VALORES (EM R\$)	
<b>OUTROS CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
NOTAS DO TESOUREO NACIONAL	1.934.360,38	2.234.652,08
<b>TOTAL</b>	<b>1.934.360,38</b>	<b>2.234.652,08</b>

Os créditos são provenientes do Programa Nacional de Desestatização (Lei nº 8.031 de 12 de abril de 1990 e suas alterações), e Decreto nº 3.859 de 04 de julho de 2001, que estabelece no artigo nº 06 as características das Notas do Tesouro Nacional – NTN (resgate em 15 anos, atualização pela taxa TR e juros anuais de 6%).

Em janeiro de 2021 houve o resgate do lote nº: 1.633.310 no valor de R\$ 354.706,89.

**NOTA 6 – ADIANTAMENTOS**

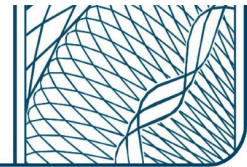
**6.1 – ADIANTAMENTO A EMPREGADOS**

	VALORES (EM R\$)	
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
ADIANTAMENTO DE 13º SALARIO	2.911.940,91	0,00
ADIANTAMENTO DE FERIAS	1.377.671,81	2.700.001,20
<b>TOTAL</b>	<b>4.289.612,72</b>	<b>2.700.001,20</b>

Na rubrica de Adiantamento de 13º Salário são registrados os pagamentos da 1ª parcela do 13º salário, conforme previsto no artigo 2º da Lei 4.749/1965.

Os valores referentes ao Adiantamento de Férias foram constituídos com base no artigo 145 da Consolidação das Leis de Trabalho, Decreto Lei nº 5.452/1943 – que determina o pagamento até (02) dois dias antes do prazo previsto para o início do gozo das férias.





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
2º TRIMESTRE 2021**

**NOTA 7 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR/COMPENSAR**

VALORES (EM R\$)		
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	30/06/2021	31/12/2020
ICMS A RECUPERAR - ANC (a)	15.174.284,55	15.174.284,55
IPI A RECUPERAR - AC (b)	17.814,46	17.814,46
IPI A RECUPERAR - ANC (b)	4.399.202,63	10.168.153,31
COFINS E PIS A RECUPERAR - Insumos - AC (c)	49.056.216,34	32.066.341,50
COFINS E PIS A RECUPERAR - Insumos - ANC (c)	680.123.726,75	680.123.726,75
IR E CSLL A RECUPERAR - Crédito Tributário - AC (d)	4.165.591,24	4.135.922,12
IR E CSLL A RECUPERAR - Crédito Tributário - ANC (d)	109.006.008,45	108.533.137,32
IRRF A COMPENSAR - Aplicações Financeiras - AC (e)	3.433.066,37	2.902.787,53
IRRF E CSLL A COMPENSAR - Ret de Órgãos Públicos - AC (f)	373.706,23	356.281,68
COFINS E PASEP - Retenção de Órgãos Públicos - ANC (g)	47.304.059,72	142.997.074,06
OUTROS TRIBUTOS - AC	32.793,03	32.577,07
<b>TOTAL</b>	<b>913.086.469,77</b>	<b>996.508.100,35</b>

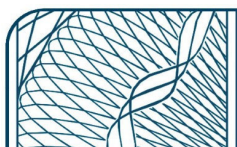
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR BRUTO	30/06/2021	31/12/2020
<b>Ativo Circulante</b>	<b>57.079.187,67</b>	<b>39.511.724,36</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>856.007.282,10</b>	<b>956.996.375,99</b>
<b>TOTAL</b>	<b>913.086.469,77</b>	<b>996.508.100,35</b>

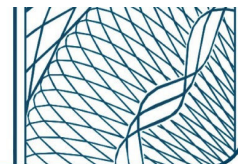
VALORES (EM R\$)		
PERDAS ESTIMADAS COM TRIBUTOS - ANC	30/06/2021	31/12/2020
(-) PERDA ESTIMADA COM ICMS A RECUPERAR (a)	(15.174.284,55)	(15.174.284,55)
(-) PERDA ESTIMADA COM IPI A RECUPERAR (b)	(4.399.202,63)	(10.168.153,31)
(-) PERDA ESTIMADA COM COFINS E PIS S/ INSUMOS (c)	(18.555.585,27)	(18.555.585,27)
(-) PERDA ESTIMADA COM CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS (g)	(22.999.087,99)	(22.999.087,99)
<b>TOTAL</b>	<b>(61.128.160,44)</b>	<b>(66.897.111,12)</b>

VALORES (EM R\$)		
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR LÍQUIDOS	30/06/2021	31/12/2020
<b>Ativo Circulante</b>	<b>57.079.187,67</b>	<b>39.511.724,36</b>
Ativo Não Circulante	856.007.282,10	956.996.375,99
Perdas Estimadas com Tributos - ANC	(61.128.160,44)	(66.897.111,12)
<b>Subtotal - ANC</b>	<b>794.879.121,66</b>	<b>890.099.264,87</b>
<b>TOTAL</b>	<b>851.958.309,33</b>	<b>929.610.989,23</b>

**(a) ICMS A RECUPERAR e PERDA ESTIMADA COM ICMS A RECUPERAR**

O valor de R\$ 15.174.284,55 no Ativo Não Circulante se refere a créditos sem perspectiva de realização, pois segundo revisão dos procedimentos fiscais e diagnóstico fiscal dos saldos tributários identificou-se que não há disposição legal expressa ou documentação apta a suportar tais saldos e os precedentes sobre o assunto são desfavoráveis ao procedimento adotado pela CMB. Tal fato reside na tomada de crédito sobre energia elétrica destinada à industrialização.





---

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2º TRIMESTRE 2021

Dessa forma, a CMB constituiu Perda Estimada com Realização de ICMS a Recuperar no valor de R\$ 15.174.284,55, pois para tais créditos não há expectativa de geração de benefícios econômicos futuros para serem caracterizados como Ativo.

### **(b) IPI A RECUPERAR e PERDA ESTIMADA COM IPI A RECUPERAR**

Os créditos de IPI, escriturados na forma da legislação específica, são utilizados pela CMB, em sua escrita fiscal, decorrentes da compensação com os débitos nas saídas de produtos tributados.

Os créditos de IPI que, ao final de um período de apuração, remanescem da dedução dos débitos decorrentes das saídas de produtos tributados são mantidos na escrita fiscal da CMB para posterior dedução de débitos do IPI a períodos subsequentes de apuração.

O valor de R\$ 17.814,46 de IPI a Recuperar no Ativo Circulante é proveniente de créditos tributários na aquisição de matéria-prima e serviços utilizados na fabricação/serviços com exclusividade, conforme legislação vigente.

A variação R\$ 5.768.950,68 na rubrica de IPI a Recuperar se refere ao recebimento de pedidos de restituição no 2º trimestre de 2021, conseqüentemente, a mesma variação na conta de Perda Estimada com Realização de IPI a Recuperar se refere à reversão da parcela da perda que foi recebida através dos respectivos pedidos de restituição.

### **(c) COFINS E PIS A RECUPERAR – INSUMOS e PERDA ESTIMADA COM COFINS E PIS A RECUPERAR SOBRE INSUMOS**

Os valores de COFINS E PIS A RECUPERAR, R\$ 49.056.216,34 e R\$ 680.123.726,75, respectivamente, são provenientes da aquisição de matéria-prima e serviços utilizados na fabricação de produtos/serviços com exclusividade conforme legislação vigente.

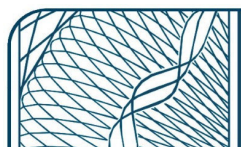
A variação dessa rubrica refere-se ao saldo dos créditos de insumos apurados no exercício.

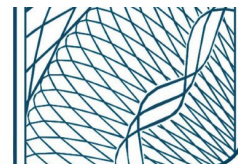
A rubrica Perda Estimada com Créditos Tributários a Recuperar de PIS e COFINS no valor de R\$ 18.555.585,27 refere-se à COFINS do período do 4º Trimestre de 2010 e 1º Trimestre de 2011, e ao PIS do 1º Trimestre de 2010, pois não houve oportunidade de se fazer, à época, Pedido de Restituição, visto que a Casa da Moeda do Brasil (CMB) encontrava-se em período de Autuação Fiscal.

Ao final do 2º trimestre de 2021, a administração tomou conhecimento sobre a queda da Liminar que permitia a CMB manter-se no regime de não cumulatividade. O assunto está sendo tratado pela Gestão da CMB, conforme explicitado na Nota 24.

### **(d) IR E CSLL A RECUPERAR - CRÉDITO TRIBUTÁRIO**

A CMB, para os tributos passíveis de pedido de restituição e/ou compensação (PER/DCOMP) junto à RFB, utiliza, como prática de controle e acompanhamento tributário, a transferência para o longo prazo dos saldos credores dos PER/DCOMP realizados, reclassificando-os quando do despacho decisório favorável emitido pela RFB, em virtude da expectativa de recebimento através de restituição.





---

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2º TRIMESTRE 2021

A Rubrica IR e CSLL A RECUPERAR no Ativo Circulante refere-se a PER/DCOMP sobre saldos negativos de IRPJ e CSLL com despachos decisórios emitidos.

Os valores de R\$ 4.165.591,24 e R\$ 109.006.008,45 do Imposto de Renda e da Contribuição Social a Recuperar são referentes, respectivamente, a créditos tributários acumulados provenientes de saldos negativos de Declarações de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - DIPJ's anuais, corrigidos monetariamente pela Taxa Selic. A variação dos saldos das contas refere-se à DCOMP do período utilizadas para compensações com os Saldos Negativos de IRPJ/CSLL.

Ressalta-se que, através de revisão dos procedimentos fiscais e diagnóstico fiscal dos saldos tributários, identificou-se uma exclusão a menor das vendas de produtos monopolizados da base de cálculo do IRPJ e CSLL na ECF 2016/2017. Ao refazer a apuração considerando tal exclusão, o montante de crédito aumentaria para R\$ 19 milhões para o IRPJ e R\$ 6,6 milhões de CSLL. Acrescentando os juros SELIC, tais montantes chegariam, respectivamente, à R\$ 23,1 milhões e R\$ 8 milhões.

No terceiro trimestre de 2020 a CMB procedeu ao devido pedido de restituição de tais valores já os utilizando em compensações de tributos da mesma natureza.

### **(e) IRRF A COMPENSAR – APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

A rubrica IRRF A COMPENSAR – Aplicações Financeiras refere-se a IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte sobre Aplicações Financeiras.

### **(f) IRRF E A CSLL A COMPENSAR – RETENÇÃO DE ÓRGÃOS PÚBLICOS**

A rubrica IRRF E A CSLL A COMPENSAR – Retenção de Órgãos Públicos está baseada na isenção tributária da CMB no faturamento decorrente, da fabricação dos produtos com exclusividade para o BACEN, ECT, RFB, DPF e MRE, disposto no art. 11 da Lei nº 5.895/1973, reconhecida pelos Pareceres da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – Parecer PGFN nº 907/2005, nº 2.338/2007 e nº 1.409/2009, além das decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) nos Recursos Extraordinários 610.517 e 592.792 e na Ação Civil Originária 2179.

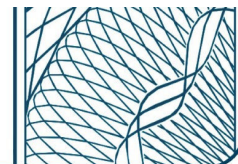
### **(g) COFINS E PASEP - RETENÇÃO DE ÓRGÃOS PÚBLICOS e PERDA ESTIMADA COM CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS**

O saldo credor de R\$ 47.304.059,72 apurado sobre COFINS e PASEP a Compensar – Retenção de Órgãos Públicos é decorrente do aproveitamento nas declarações das retenções tributárias dos clientes de vendas com exclusividade: Banco Central do Brasil – BACEN, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB, Departamento de Polícia Federal – DPF e Ministério das Relações Exteriores – MRE, na liquidação de suas respectivas faturas, atualizados pela SELIC.

A variação de R\$ 95.693.014,34 se refere ao recebimento em maio de 2021 dos Pedidos de Restituição de PIS/COFINS de Órgãos Públicos referente aos períodos de setembro de 2012 a julho de 2015.







**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**2º TRIMESTRE 2021**

Foi constituída Perda Estimada com Créditos Tributários de retenção de órgãos públicos no valor de R\$ 22.999.087,99. Tal perda é relativa a pedidos de ressarcimento realizados fora do prazo legal. Esses valores ainda não apresentam julgamento, nem mesmo em esfera administrativa das autoridades competentes, mantendo-se o processo de cobrança ora em curso.

**NOTA 8 – ESTOQUES**

ESTOQUES	VALORES (EM R\$)	
	30/06/2021	31/12/2020 REAPRESENTADO
PRODUTOS ACABADOS	92.316.940,12	102.066.553,98
PRODUTOS EM PROCESSO	51.813.052,73	39.181.351,67
MATÉRIA-PRIMA	182.688.982,18	177.594.116,80
ALMOXARIFADO	20.446.107,90	18.484.885,14
MATERIAIS EM PODER DE TERCEIROS	1.519,61	5.918,94
IMPORTAÇÕES EM ANDAMENTO	2.918.395,18	32.486,41
MATERIAL DE EMBALAGEM	7.501.882,01	4.831.089,47
(-) PERDA ESTIM P/ REDUÇÃO VR REALIZÁVEL LÍQUIDO (a)	(31.193.634,69)	(37.743.521,73)
<b>TOTAL</b>	<b>326.493.245,04</b>	<b>304.452.880,68</b>

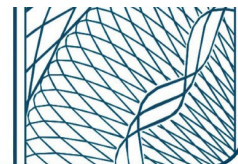
O levantamento físico dos estoques é realizado por inventários rotativos – contagem cíclica. Os itens são selecionados diariamente pelo Sistema Integrado ERP. Os materiais são previamente cadastrados por Classe e Grupo e para cada Classe é definida a periodicidade com que se quer contar. Definidos os parâmetros, diariamente os itens são selecionados, contados e ajustados. O programa de contagem do sistema garante que todos os itens sejam verificados ao menos uma vez no decorrer do exercício.

A rubrica de Produtos Acabados apresentou redução em decorrência do início das entregas relativas ao PAP 2021 para o Banco Central. A rubrica de Produtos em Processo apresenta montante superior ao do exercício anterior devido ao aumento da produção para atendimento, em sua maioria, ao PAP 2021 do Banco Central. A variação natural na rubrica de Matéria-Prima é explicado pela aumento nas aquisições de insumos para atender as demandas de 2021.

**(a) Perda Estimada por Redução ao Valor Realizável Líquido**

Redução da perda estimada ocorreu em virtude da baixa do estoque de produto acabado realizada pela área responsável devido à efetiva descaracterização do produto.





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**2º TRIMESTRE 2021**

**NOTA 9 – CRÉDITOS A RECEBER POR AÇÕES JUDICIAIS**

**(a) Praticamente Certos**

A CMB alterou o critério de contabilização de Ativos Contingentes Praticamente Certos, consolidado em norma interna, com aprovação em 15/07/2020, para reconhecê-los como Ativos somente quando forem efetivamente líquidos de recebimento.

Com base nesse novo critério, a CMB reverteu os valores ora constituídos em suas Demonstrações Contábeis até a data; entretanto, mantendo sua divulgação em Nota Explicativa.

	<b>VALORES (EM R\$)</b>	
<b>PROCESSOS JUDICIAIS/ADMINISTRATIVOS</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
PROCESSOS PRATICAMENTE CERTO	24.629.993,46	24.465.123,10
<b>TOTAL</b>	<b>24.629.993,46</b>	<b>24.465.123,10</b>

**(b) Provável Ocorrência**

Os processos judiciais/administrativos do quadro abaixo foram analisados pelo Departamento Jurídico, e classificados como sendo provável o ingresso de benefício econômico. Esses valores não foram reconhecidos nas Demonstrações Contábeis do 1º trimestre de 2021, conforme preceitua o Pronunciamento Contábil nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e deliberado pela IN nº 594/2009 da CVM.

	<b>VALORES (EM R\$)</b>	
<b>PROCESSOS JUDICIAIS/ADMINISTRATIVOS</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
PROCESSOS PROVÁVEIS	129.681.307,23	125.114.644,99
<b>TOTAL</b>	<b>129.681.307,23</b>	<b>125.114.644,99</b>

**NOTA 10 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

**10.1 – INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS**

	<b>VALORES (EM R\$)</b>	
<b>TÍTULOS - VALOR CONTÁBIL</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
CIA TROPICAL DE HOTÉIS	133.822,38	133.822,38
SEMP TOSHIBA AMAZÔNIA	132.257,54	132.257,54
FACEPA	0,00	99.313,93
CIA INDUSTRIAL DE MADEIRAS	65.379,63	65.379,63
POLIPLAST	52.643,81	52.643,81
COPENOR	48.059,34	48.059,34
ENGEX SA	26.378,82	26.378,82
BETA SA	11.284,47	11.284,47
<b>TOTAL</b>	<b>469.825,99</b>	<b>569.139,92</b>





---

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**2º TRIMESTRE 2021**

Representam Investimentos em ações oriundas de créditos relacionados a incentivos fiscais, provenientes de Declarações de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – DIPJ's, mantidas em custódia no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para liquidação apenas em balcão, em atendimento ao Decreto nº. 1.068/1994, que trata da desmobilização da Participação de Empresas Públicas e Estatais em outras empresas, sem nenhuma interferência da CMB.

Em janeiro de 2021 houve o resgate dos títulos da FACEPA no valor de R\$ 99.313,93 atualizados monetariamente.

	<b>VALORES (EM R\$)</b>	
<b>PERDAS ESTIMADAS PARA REDUÇÃO DE INVESTIMENTO</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
PERDAS ESTIMADAS PARA REDUÇÃO DE INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS	(469.825,99)	(569.139,92)
<b>TOTAL</b>	<b>(469.825,99)</b>	<b>(569.139,92)</b>

Após o resgate dos títulos da FACEPA, houve a atualização da Provisão para Perda de Investimentos Temporários no valor de R\$ 469.825,99 constituída para ajustar os valores desses investimentos ao valor de realização no mercado.

## **NOTA 11 – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL**

### **11.1 – IMOBILIZADO**

A CMB adotou os procedimentos dos Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

O montante pelo qual os bens patrimoniais estão reconhecidos depois da dedução da Depreciação e Amortização Acumuladas e das Perdas Estimadas por Redução ao Valor Recuperável assegura que os bens patrimoniais estão registrados contabilmente por valores que não excedam os de recuperação por uso ou venda.

Segue o quadro comparativo da evolução e composição do Ativo Não Circulante – Imobilizado:





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**2º TRIMESTRE 2021**

VALORES (EM R\$)

ITENS	30/06/2021	31/12/2020
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>1.492.940.646,07</b>	<b>1.491.840.521,91</b>
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.140.300.655,31	1.139.210.553,55
INSTALAÇÕES	146.509.400,62	146.509.400,62
EDIFÍCIOS	124.655.397,87	124.655.397,87
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	28.103.833,92	28.093.811,52
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	47.720.713,70	47.720.713,70
VEÍCULOS	1.766.906,76	1.766.906,76
TERRENOS	3.883.737,89	3.883.737,89
<b>(-) DEPRECIACÃO</b>	<b>(967.324.776,78)</b>	<b>(944.634.196,29)</b>
<b>(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL</b>	<b>(9.350.811,57)</b>	<b>(9.350.811,57)</b>
<b>IMOBILIZAÇÃO EM ANDAMENTO</b>	<b>5.643.836,14</b>	<b>4.504.692,12</b>
IMOBILIZAÇÕES EM ANDAMENTO	361.142,58	253.729,10
OBRAS EM ANDAMENTO	4.968.551,41	3.936.820,87
IMOBILIZAÇÕES DE PROJETOS EM ANDAMENTO	314.142,15	314.142,15
<b>IMOBILIZAÇÕES DE IMPORTAÇÕES EM ANDAMENTO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>521.908.893,86</b>	<b>542.360.206,17</b>

**(a) Imobilizado**

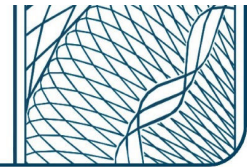
Custo de Aquisição	Máquinas e Equipamentos		Edifícios	Móveis e Utensílios		Computadores e Periféricos		Veículos	Terrenos	Total
	Equipamentos	Instalações		Utensílios	Periféricos					
Saldo Inicial - 2021	1.139.210.553,55	146.509.400,62	124.655.397,87	28.093.811,52	47.720.713,70	1.766.906,76	3.883.737,89			1.491.840.521,91
Imobilizações	1.090.101,76	0,00	0,00	10.022,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.100.124,16
- Imobilizações em Andamento	1.090.101,76	0,00	0,00	10.022,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.100.124,16
- Importações em Andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Obras em Andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Projetos em Andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Baixas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciação	(661.929.474,16)	(139.661.530,37)	(98.307.909,07)	(22.559.857,78)	(43.260.882,64)	(1.605.122,76)	0,00	0,00	0,00	(967.324.776,78)
Perda por redução ao valor de recuperação	(9.349.594,06)	0,00	0,00	(1.217,51)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(9.350.811,57)
Saldo Final - 2021	469.021.587,09	6.847.870,25	26.347.488,80	5.542.758,63	4.459.831,06	161.784,00	3.883.737,89			516.265.057,72

1) Os critérios de mensuração utilizados para determinar o valor contábil bruto de cada item do Imobilizado foram através do valor contábil original de aquisição e pelo valor da atualização cambial nas Importações em Andamento

**(b) Vida Útil Econômica x Taxas Fiscais**

1) O método de cálculo de depreciação empregado foi o da depreciação da vida útil por grupo de ativos. Anualmente, por força da Lei nº 11.638/2007 e CPC 27 - Ativo Imobilizado, a CMB procede à avaliação da vida útil dos seus ativos. A Depreciação/Amortização calculada segundo a vida útil econômica foi de R\$ 23.655.790,82 e a Depreciação/Amortização segundo as normas fiscais da Receita Federal do Brasil foi de R\$ 34.104.948,33.





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**2º TRIMESTRE 2021**

As vidas úteis das principais classes de ativo imobilizado são Edifícios: 25 anos; Máquinas e equipamentos 10 anos, 18 anos e 25 anos; Instalações 10 anos; Utensílios 10 anos; Computadores e periféricos 5 anos e Veículos 5 anos.

DESCRIÇÃO	VALORES (EM R\$)	
	30/06/2021	30/06/2020
DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO - TAXA FISCAL (RFB)	34.104.948,33	48.520.932,32
DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO - VIDA ÚTIL ECONÔMICA	(23.655.790,82)	(25.510.335,37)
<b>RESULTADO</b>	<b>10.449.157,51</b>	<b>23.010.596,95</b>

2) O valor total no exercício de 2021 da depreciação apurado pelo método de vida útil econômica de acordo com a Lei nº 11.638/2007, dividiu-se da seguinte forma: (a) Depreciação/Amortização fabril utilizada diretamente em custos – R\$ 18.143.713,20; e (b) Depreciação/Amortização administrativa utilizada na área de apoio – R\$ 5.512.077,62.

**(c) Redução ao Valor Recuperável do Ativo Imobilizado (*Impairment*)**

A companhia avalia os ativos imobilizados quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Essa avaliação é efetuada ao menor grupo identificável de ativos que gera caixa, geração essa que é em grande parte independente das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos (Unidade Geradora de Caixa - UGCs). Os ativos vinculados ao desenvolvimento e produção dos produtos da CMB, têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor, ou quando há indicação de que o valor contábil possa não ser recuperável.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor em uso de um ativo e seu valor justo líquido de despesa de venda. Considerando-se a expectativa de utilização dos ativos até o final da vida útil, usualmente o valor recuperável utilizado para avaliação do teste é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado. O valor em uso é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos. Os fluxos de caixa são ajustados pelos riscos específicos e utilizam taxas de desconto, que derivam do custo médio ponderado de capital (WACC).

Após a realização do Teste de Impairment, a empresa constatou que bens do grupo de ativos “Máquinas e Equipamentos”, que montam o valor líquido contábil de R\$ 9.349.594,06, e do grupo de ativos “Móveis e Utensílios”, que montam o valor líquido contábil de R\$ 1.217,51, apresentam perda por desvalorização por não atenderem a definição de ativo. Esses ativos foram descontinuados da operação da CMB não fluindo, portanto, quaisquer benefícios econômicos à CMB.





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
2º TRIMESTRE 2021**

**(d) Imobilizações em andamento**

Custo de Aquisição	Imobilizações em Andamento	Imobilizações de Importações em Andamento	Obras em Andamento	Imobilizações de Projetos em Andamento	Total
<b>Saldo Inicial - 2021</b>	<b>253.729,10</b>	<b>0,00</b>	<b>3.936.820,87</b>	<b>314.142,15</b>	<b>4.504.692,12</b>
Aquisições	2.752.959,64	0,00	1.031.730,54	0,00	3.784.690,18
Transferências para Ativo Imobilizado	(2.645.546,16)	0,00	0,00	0,00	(2.645.546,16)
- Máquinas e Equipamentos	93.960,00	0,00	0,00	0,00	93.960,00
- Instalações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Móveis e Utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Computadores e Periféricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Veículos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Terrenos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Software	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Direito de Uso de Comunicação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Bens Lançados em Despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Devoluções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Saldo Final - 2021</b>	<b>361.142,58</b>	<b>0,00</b>	<b>4.968.551,41</b>	<b>314.142,15</b>	<b>5.643.836,14</b>

1) A CMB utiliza como critério de controle dos seus ativos imobilizado e intangível a classificação inicial no grupo de contas de Imobilizações em andamento. Após a avaliação, se o ativo se encontra em local e condições capazes de funcionamento pretendidos pela Administração, o ativo estará pronto para uso e alocado em conta contábil de acordo com a sua especificidade de funcionamento.

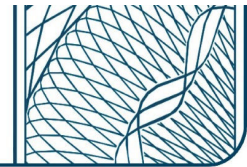
A conta “Imobilizações em Andamento”, encerrou o segundo trimestre do exercício de 2021, com o saldo de R\$ 361.142,58 , no qual desse montante o valor de R\$ 169.138,44 se refere à aquisição Moinho Planetário de Bolas, adquirido através do contrato nº 0784 de 2021. Esse valor será transferido para a conta do imobilizado técnico após sua conclusão.

2) A conta “Obras em Andamento”, encerrou o segundo trimestre do exercício de 2021, com o saldo de R\$ 4.968.551,41, no qual desse montante o valor de R\$ 2.762.633,94 se refere à Reforma do Sistema Elétrico de Potência das Subestações Unitárias dos Prédios 0400, 0500, 0700 e 0800 do Parque Industrial da CMB, adquirido através do Contrato nº 00137 de 2019. Esse valor será transferido para a conta do imobilizado técnico após sua conclusão.

3) Ao longo do segundo trimestre do exercício de 2021 a CMB, em acompanhamento dos bens em andamento, validou a ativação de R\$ 2.551.586,17 para o Ativo Imobilizado.

4) A conta “Imobilizações de Projetos em Andamento”, possui o valor de R\$ 314.142,15, classificado anteriormente na conta Imobilizações em Andamento. Isso ocorreu para melhor controle referente às aquisições destinadas ao Projeto do Novo Passaporte e Sincraf.





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
2º TRIMESTRE 2021**

11.2 – INTANGÍVEL

ITENS	VALORES (EM R\$)	
	30/06/2021	31/12/2020
<b>INTANGÍVEL</b>	<b>50.778.524,15</b>	<b>49.233.102,15</b>
SOFTWARE	50.778.524,15	49.233.102,15
<b>(-) AMORTIZAÇÃO</b>	<b>(45.417.957,93)</b>	<b>(44.452.747,50)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>5.360.566,22</b>	<b>4.780.354,65</b>

**(a) Intangível**

Custo de Aquisição	Software	Total
Saldo Inicial - 2021	50.778.524,15	50.778.524,15
Aquisições	0,00	0,00
- Imobilizações em Andamento	0,00	0,00
- Importações em Andamento	0,00	0,00
- Obras em Andamento	0,00	0,00
- Projetos em Andamento	0,00	0,00
Baixas	0,00	0,00
Amortizações	(45.417.957,93)	(45.417.957,93)
Perda por redução ao valor de recuperação	0,00	0,00
Saldo Final - 2021	5.360.566,22	5.360.566,22

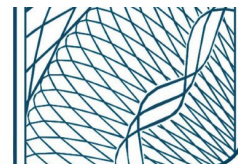
A CMB adotou os procedimentos dos Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 04 (R1) - Ativo Intangível, nos quais se define Ativo Intangível como ativo não monetário identificável sem substância física, para controle e contabilização dos bens patrimoniais. O montante pelo qual os bens patrimoniais estão reconhecidos depois da dedução de toda respectiva Amortização Acumulada e Perda Estimada por Redução ao Valor Recuperável asseguram que os bens patrimoniais estão registrados contabilmente por valores que não excedam seus valores de recuperação por uso ou venda.

- 1) O critério de mensuração utilizado para determinar o valor contábil bruto de cada item do Intangível foi através do valor contábil original de aquisição;
- 2) O método de amortização empregado foi da vida útil econômica determinado pela Lei nº 11.638/2007; e
- 3) A vida útil de cada bem e as taxas de amortização foram aplicadas de acordo com o período de tempo durante o qual a CMB espera utilizar o respectivo bem.

**(b) Amortização**

1) O método de cálculo de amortização empregado foi o da vida útil por grupo de ativos. Anualmente, por força da Lei nº 11.638/2007 e 04 (R1) - Ativo Intangível, a CMB procede à avaliação da revisão da vida útil dos seus ativos. A Amortização calculada segundo a vida útil econômica foi de R\$ 965.210,43.





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
2º TRIMESTRE 2021**

2) O valor total no exercício de 2021 da amortização apurada pelo método das cotas constantes e de acordo com a sua vida útil econômica dividiu-se da seguinte forma: (a) Amortização fabril utilizada diretamente em custos - R\$ 622,48; e (b) Amortização administrativa utilizada na área de apoio - R\$ 964.587,95.

**(c) Redução ao Valor Recuperável do Ativo Intangível (*Impairment*)**

Para avaliação da recuperabilidade de seus Ativos Intangíveis, a CMB utilizou os mesmos métodos já explicitados no item 11.1 (c).

**NOTA 12 – CONTAS A PAGAR**

**12.1 –FORNECEDORES**

FORNECEDORES	VALORES (EM R\$)	
	30/06/2021	31/12/2020
NACIONAIS (a)	107.845.400,69	128.894.291,34
EXTERIOR (b)	20.908.643,45	12.660.633,54
<b>TOTAL</b>	<b>128.754.044,14</b>	<b>141.554.924,88</b>

**(a) Nacionais**

FORNECEDORES NACIONAIS	VALORES (EM R\$)	
	30/06/2021	31/12/2020
Sicpa Brasil Industria de Tintas e Sistemas Ltda	79.659.996,54	79.659.996,54
Fedrigoni Brasil Papéis Ltda	9.995.320,84	28.321.813,77
Três S Ferramentas de Precisão Ltda	8.579.844,11	9.883.055,97
Ceptis Indústria e Comércio de Tintas e Sistemas	1.237.495,69	2.413.485,85
Up Brasil Administração e Serviços Ltda	838.042,22	850.218,59
Expresso União Ltda	747.207,60	852.177,50
Outros	6.787.493,69	6.913.543,12
<b>TOTAL</b>	<b>107.845.400,69</b>	<b>128.894.291,34</b>

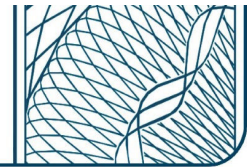
Nesta rubrica são registrados todos os valores a pagar relativos à contratação de serviços, compras de insumos, entre outros, cujos prazos para pagamento são variáveis. As variações ocorridas na rubrica Fornecedores Nacionais decorrem da liquidação de faturas de papéis destinados a impressão de Cédulas, referente à produção para o BACEN pela empresa Fedrigoni Brasil Papéis Ltda.

O valor da empresa Três S Ferramentas de Precisão Ltda. se refere à aquisição de discos, insumo para a produção.

No caso Empresa Sicpa do Brasil Indústria de Tintas e Sistemas Ltda., o saldo da rubrica decorre principalmente da nota fiscal 395, registrada em 2019, no montante de R\$ 65,7 milhões e das notas fiscais 400 e 401 no total de R\$ 13,9 milhões cujos pagamentos foram feitos através de depósitos judiciais e a liquidação está sendo discutida judicialmente, por orientação da Controladoria Geral da União – CGU.







**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
2º TRIMESTRE 2021**

Quanto a Empresa Ceptis Indústria e Comércio de Tintas e Sistemas Ltda., o saldo da rubrica decorre de Notas com prazo de vencimento para julho de 2021.

**(b) Exterior**

<b>FORNECEDORES EXTERIOR</b>	<b>VALORES (EM R\$)</b>	
	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
HID Global CID SAS	7.525.087,09	8.035.073,24
KBA Notasys	5.994.136,87	3.418.422,35
Leonard Kurz Stifto	5.302.329,10	0,00
Outros	2.087.090,39	1.207.137,95
<b>TOTAL</b>	<b>20.908.643,45</b>	<b>12.660.633,54</b>

Nesta rubrica são registrados, principalmente, insumos para confecção de Passaportes; Cédulas e Moedas. O aumento no saldo da conta refere-se a peças de reposição para equipamentos fabris do Departamento de Cédulas e Moedas da empresa KBA Notasys e insumos para passaportes das empresas HID Global Cid SAS e Leonard Kurz Stifto.

**12.2 – OUTRAS OBRIGAÇÕES**

<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>	<b>VALORES (EM R\$)</b>	
	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
OUTRAS OBRIGAÇÕES - PDV - PC	5.460.523,41	7.108.837,18
DEPÓSITOS E CAUÇÕES EM GARANTIA - PC	2.006.250,26	2.100.906,50
OUTRAS CONTAS A PAGAR - PNC	18.794.224,83	18.794.224,83
<b>TOTAL</b>	<b>26.260.998,50</b>	<b>28.003.968,51</b>

<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>7.466.773,67</b>	<b>9.209.743,68</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>18.794.224,83</b>	<b>18.794.224,83</b>
<b>TOTAL</b>	<b>26.260.998,50</b>	<b>28.003.968,51</b>

O valor de R\$ 18.794.224,83 constituído na rubrica Outras Contas a Pagar no Passivo Não Circulante contempla parcela do plano de saúde dos empregados que aderiram ao PDV-2017 e PDV-2019.

**NOTA 13 – EXIGIBILIDADE COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

**(a) Exigibilidade com pessoal e encargos sociais**

<b>EXIGIBILIDADE COM PESSOAL E ENCARGOS</b>	<b>VALORES (EM R\$)</b>	
	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
PESSOAL A PAGAR	180.313,67	243.441,02
INSS A RECOLHER	5.974.635,61	6.596.641,51
FGTS A RECOLHER	1.411.624,62	2.408.622,92
IRRF - EMPREGADOS	2.420.406,27	5.565.348,30
SESI E SENAI A RECOLHER	467.664,04	523.224,93
<b>TOTAL</b>	<b>10.454.644,21</b>	<b>15.337.278,68</b>





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**2º TRIMESTRE 2021**

O valor de R\$ 10.454.644,21 corresponde à exigibilidade da CMB com pessoal e seus devidos encargos.

A principal variação da rubrica, no valor de R\$ 3.144.942,03, se refere ao IRRF de empregados sobre 13º salário.

**(b) Férias, 13º Salário e encargos sociais**

	VALORES (EM R\$)	
<b>FÉRIAS 13º SALÁRIO E ENCARGOS SOCIAIS</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
FÉRIAS E 13º SALÁRIOS A PAGAR	36.638.144,81	27.514.255,11
ENCARGOS SOCIAIS SOBRE FÉRIAS E 13º SALÁRIO	13.802.903,45	10.419.673,17
PROVISÃO DE ACORDO COLETIVO DE TRABALHO	2.904.282,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>53.345.330,26</b>	<b>37.933.928,28</b>

As Provisões para Férias, 13º Salário e Encargos Sociais sobre Férias e 13º Salário no valor de R\$ 50.441.048,26 foram realizadas em função do número de dias que cada empregado tem direito, valorada à remuneração mensal da data do Balanço.

A Provisão de Acordo Coletivo de Trabalho refere-se ao ano de 2021, ainda em fase de negociação, com base em estimativas realizadas pelo Departamento de Pessoal.

**(c) Maior e Menor Remuneração de Empregados**

	VALORES (EM R\$)	
<b>REMUNERAÇÃO</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
MAIOR REMUNERAÇÃO	33.656,50	30.546,64
REMUNERAÇÃO MÉDIA	8.918,40	8.958,03
MENOR REMUNERAÇÃO	2.629,73	2.527,35

Em junho de 2021 a maior remuneração nesta empresa foi de R\$ 33.656,50 e a menor foi de R\$ 2.629,73. A remuneração média dos empregados foi de R\$ 8.918,40. Tais remunerações desconsideram Presidente, Diretores, Estagiários e Jovens Aprendizizes.

**NOTA 14 – PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO**

	VALORES (EM R\$)	
<b>PARTICIPAÇÃO NO LUCRO</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO LUCRO	3.675.944,37	3.675.944,37
<b>TOTAL</b>	<b>3.675.944,37</b>	<b>3.675.944,37</b>

Em virtude do impacto da ADE RFB 75/2016, que suspendeu a obrigatoriedade do SICOBÉ a partir de 13 de Dezembro de 2016, representando quebra de faturamento e ingressos financeiros na ordem aproximada de R\$1,4 bilhão, aliado ao impacto da aplicabilidade da Emenda Constitucional 93/2016, que estabeleceu a retenção da DRU de 30% sobre as receitas provenientes dos códigos DARF 4805 – Taxa pela Utilização do Selo de Controle; e 4811 – Taxa pela Utilização dos Equipamentos





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
2º TRIMESTRE 2021**

Contadores de Produção, proporcionando efeitos relevantes no resultado e também no fluxo de caixa da CMB no exercício de 2017, 2018, 2019 e 2020 não houve lucro líquido nos exercícios que originassem participação nos resultados dos respectivos anos. O saldo da rubrica refere-se a exercícios anteriores de Participação dos Empregados no Lucro.

**NOTA 15 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

	VALORES (EM R\$)	
<b>IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
INSS - FORNECEDORES DE SERVIÇOS - PC (a)	100.072,86	89.678,15
TRIBUTOS FEDERAIS RET POR ORGÃOS PÚBLICOS - PC (b )	2.410.571,78	2.383.964,20
ICMS A RECOLHER - PC (c)	1.071.527,55	1.086.551,93
ICMS A RECOLHER - PNC (c)	8.367.703,78	8.474.441,82
IPI A RECOLHER - PC (d)	926.447,29	926.447,29
IPI A RECOLHER - PNC (d)	5.084.632,12	5.115.324,55
ICMS - DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA A RECOLHER - PC (e)	112.619,45	196.677,51
ISS RETIDO DE TERCEIROS - PC (f)	21.477,55	26.791,35
ISS SOBRE MOVIMENTO ECONÔMICO - PC (f)	1.790.097,93	1.779.219,43
COFINS A RECOLHER - PC (g)	1.714.192,37	1.714.130,25
PASEP A RECOLHER - PC (g)	373.035,42	373.023,17
IMPOSTO IMPORTAÇÃO A RECOLHER - PC (h)	3.154.331,21	3.154.249,54
<b>TOTAL</b>	<b>25.126.709,31</b>	<b>25.320.499,19</b>
<b>IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>11.674.373,41</b>	<b>11.730.732,82</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>13.452.335,90</b>	<b>13.589.766,37</b>
<b>TOTAL</b>	<b>25.126.709,31</b>	<b>25.320.499,19</b>

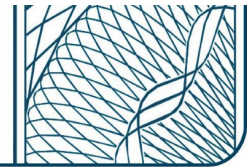
**(a) INSS - Fornecedores de Serviços**

A rubrica apresenta os valores retidos de Inss sobre a prestação de Serviços conforme Instrução Normativa RFB n° 971/2009, em seu art.112, que cita que a empresa contratante de serviços prestados mediante cessão de mão-de-obra ou empreitada, inclusive em regime de trabalho temporário, a partir da competência fevereiro de 1999, deverá reter 11% do valor bruto da nota fiscal, da fatura ou do recibo de prestação de serviços e recolher à Previdência Social a importância retida.

**(b) Tributos Federais Retidos por Órgão Público**

A rubrica apresenta os valores retidos segundo o art. 2º da Instrução Normativa da RFB 1234/2012 citando que ficam obrigados as empresas pública a efetuar as retenções na fonte do Imposto sobre a Renda (IR), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos que efetuarem às pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras.





---

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**2º TRIMESTRE 2021**

**(c) ICMS a Recolher**

O saldo de R\$ 1.071.527,55 do Passivo Circulante se refere aos efeitos dos valores a recolher e que foram depositados judicialmente por conta dos efeitos da MP 902/2019.

Já o saldo de R\$ 8.367.703,78 corresponde à constituição de passivo tributário atualizado por multa e juros até a data do balanço.

**(d) IPI a Recolher**

O saldo de R\$ 926.447,29 do Passivo Circulante se refere aos efeitos dos valores a recolher e que foram depositados judicialmente por conta dos efeitos da MP 902/2019.

Já o saldo de R\$ 5.084.632,12 corresponde à constituição de passivo tributário atualizado por multa e juros até a data do balanço.

**(e) ICMS – Diferencial de Alíquota a Recolher**

A rubrica apresenta os valores apurados de ICMS – DIFAL regidos pelo Decreto 27.427/2000 – RICMSRJ, Emenda Constitucional 87/15 e convênios.

**(f) ISS Retido de Terceiros e ISS sobre Movimento Econômico**

A rubrica apresenta os valores retidos de ISS de Terceiros conforme art. 1º da Lei Complementar 116/2003, o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, tem como fato gerador a prestação de serviços, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador, além do Decreto Lei nº 28.248/2007 e da Resolução 2.515/2007 do Município do Rio de Janeiro.

Dentre o valor de R\$ 1.790.097,93 de ISS sobre Movimento Econômico há a parcela de R\$ 1.766.909,89 que se refere aos efeitos dos valores a recolher depositados judicialmente por conta dos efeitos da MP 902/2019.

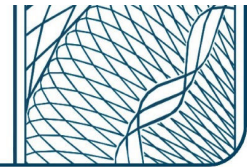
**(g) COFINS e PASEP a Recolher**

A rubrica apresenta os valores a recolher apurados conforme Artigo 3º, II da Lei 10.833/2003 e no Artigo 172 § 1º, II da IN RFB1.911/2019. Cabe ressaltar que os saldos de R\$ 1.714.130,25 e R\$ 373.023,17 de Cofins e Pis, respectivamente, foram depositados judicialmente por conta dos efeitos da MP 902/2019.

**(h) Imposto de Importação a Recolher**

A rubrica apresenta os valores a recolher apurados conforme Decreto-Lei Nº 37/1966 que regulamenta o imposto sobre importação incidente sobre mercadorias estrangeiras tendo como fato gerador a entrada no território nacional. Cabe ressaltar que o saldo de R\$ 3.154.331,21 foi depositado judicialmente por conta dos efeitos da MP 902/2019.





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
2º TRIMESTRE 2021**

**NOTA 16 – PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

	<b>VALORES (EM R\$)</b>	
	<b>30/06/2021</b>	<b>REAPRESENTADO 31/12/2020</b>
<b>CONCILIAÇÃO DO IRPJ E CSLL</b>		
Lucro do Exercício antes dos Impostos e Contribuições	716.211.045,35	(245.123.499,69)
Alíquota Normal	34,00%	34,00%
Despesa Esperada à Taxa Nominal	243.511.755,42	0,00
<b>Adições / Exclusões</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Provisão/Reversão Teste de Impairment	0,00	2.866.014,39
Provisões/Reversões p/Contingências Passivas	3.739.784,62	19.253.539,50
Provisões/Reversões p/Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.160.478,34)	203.789.338,81
Provisões/Reversões p/Perda de Investimento	(99.279,90)	(2.315,55)
Provisões/Reversões p/Contingências Ativas	0,00	16.313.871,23
Parcela Lucro Contratos Pessoa Jurídica Dir. Público	0,00	(4.828.528,24)
Dividendos Recebidos	(114.881,89)	(17.081,46)
Exclusão Parcela referente Vendas Monopolizadas	(84.270.813,77)	(217.103.913,21)
Acordo de Leniência	(680.640.606,15)	0,00
Juros do Tesouro Nacional - NTN	(54.415,19)	(126.555,71)
Depreciação Fiscal maior que Depreciação Econômica	(10.449.157,51)	(38.751.955,71)
Multas não Dedutíveis	0,00	256.994,61
Provisão/Reversão Estimada p/ Perda de Estoques	(6.549.887,04)	27.497.538,55
Provisão/Reversão de Passivos de ICMS/IPI	(137.430,47)	364.207,55
Auxílio Moradia	11.340,00	74.048,94
<b>TOTAL DAS ADIÇÕES/EXCLUSÕES</b>	<b>(780.725.825,64)</b>	<b>9.585.203,70</b>
<b>BASE DE CÁLCULO LALUR</b>	<b>(64.514.780,29)</b>	<b>(235.538.295,99)</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Imposto de Renda	0,00	0,00
Contribuição Social	0,00	0,00
<b>Alíquota Efetiva</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>

No 2º trimestre de 2021, não foram provisionados os valores de Imposto de Renda de pessoa jurídica e Contribuição Social sobre o lucro líquido em decorrência do prejuízo fiscal apurado após as adições e exclusões legais.

**NOTA 17 – ADIANTAMENTOS DE CLIENTES**

	<b>VALORES (EM R\$)</b>	
<b>ADIANTAMENTO DE CLIENTES</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
BANCO CENTRAL DO BRASIL (a)	0,00	48.518.592,35
SRF - PORTARIA 480 (b)	107.989.481,68	67.017.253,10
SOCIEDADE DEL ESTADO (c )	0,00	26.436.895,02
SRF - SELO FÍSICO (d)	4.510.437,46	4.510.437,46
FEDRIGONI BRASIL PAPÉIS LTDA (e)	6.025.489,60	6.025.489,60
DIVERSOS CLIENTES (f)	1.639.135,29	3.507.020,18
<b>TOTAL</b>	<b>120.164.544,03</b>	<b>156.015.687,71</b>





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**2º TRIMESTRE 2021**

**(a) Banco Central do Brasil**

A redução no saldo da rubrica refere-se à baixa do adiantamento feito pelo Banco Central no final de dezembro de 2020 para entrega dos produtos durante o mês de janeiro de 2021.

**(b) SRF- Portaria 480**

O saldo da rubrica refere-se ao recebimento de valores, conforme Portaria MF 480/2018, ao final de dezembro de 2020 e junho de 2021 ainda pendentes de conciliação.

**(c) Sociedade del Estado**

O redução no saldo da rubrica refere-se à baixa de adiantamentos do acordo contratual para fornecimento de cédulas ao Banco Central da Argentina.

**(d) Programa SICOBE/SCORPIOS e SELOS FÍSICOS**

O valor de R\$ 4.510.437,46 refere-se ao recebimentos dos SELOS FÍSICOS pendentes de conciliação.

**(e) Fedrigoni Brasil Papéis Ltda.**

O valor de R\$ 6.025.489,60 refere-se ao adiantamento realizado pela empresa Fedrigoni Brasil Papéis na ordem de 25% do contrato de prestação de serviços de impressão, numeração, corte, acabamento e embalagem de cédulas na denominação de Bs 2000 (Bolívares) e Bs 20 (Bolívares), da contratante para atender o Banco Central da República Bolivariana da Venezuela.

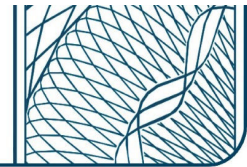
**(f) Diversos Clientes**

O valor de R\$ 1.639.135,29 refere-se basicamente a recebimentos do Clube da Medalha pendentes de conciliação.

**NOTA 18 – PROVISÃO PARA CUSTOS/RESULTADOS SOBRE SERVIÇOS A FATURAR**

	VALORES (EM R\$)	
<b>PROV PARA CUSTOS/RESULTADOS S/SERV A FATURAR</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
SICOBE - CUSTOS - PNC (a)	129.132.197,40	318.079.756,52
ENVASADORES -CUSTOS - PNC (b)	18.117.821,45	18.117.821,45
SCORPIOS - CUSTOS - PNC (c)	45.499.982,84	45.499.982,84
PARCERIA PHAROS - CUSTOS - PC (d)	106.570.805,98	74.643.668,28
PARCERIA PHAROS - CUSTOS - PNC (d)	74.758.898,68	79.425.233,35
PARCERIA PHAROS - RESULTADO - PC (e)	36.551.766,32	26.381.805,29
PARCERIA PHAROS - RESULTADO - PNC (e)	7.089.531,27	7.089.531,27
<b>TOTAL</b>	<b>417.721.003,94</b>	<b>569.237.799,00</b>
<b>PROV PARA CUSTOS/RESULTADOS S/SERV A FATURAR</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>143.122.572,30</b>	<b>101.025.473,57</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>274.598.431,64</b>	<b>468.212.325,43</b>
<b>TOTAL</b>	<b>417.721.003,94</b>	<b>569.237.799,00</b>





---

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**2º TRIMESTRE 2021**

**(a) Sicobe - Custos**

A rubrica apresenta os custos proveniente do percentual contratual de taxa de prestação de serviços decorrente da utilização de selos de controle e dos equipamentos contadores de produção de bebidas - SICOBE.

A variação de R\$ 188.947.559,12 refere-se à remissão de dívida por conta do Acordo de Leniência em benefício da CMB, conforme Nota 24.

O saldo corresponde à parcela da prestadora de serviços no percentual do contrato, referente ao inadimplemento do programa SICOBE. Devido à falta de pagamento por parte dos Envasadores, não houve repasse à prestadora de serviços, conforme estipulado em contrato.

**(b) Envasadores - Custos**

A rubrica apresenta os custos proveniente do percentual contratual de taxa de prestação de serviços decorrente da utilização de selos de controle e dos equipamentos contadores de produção bebidas – SICOBE no período em que a CMB passou a faturar diretamente aos Envasadores de bebidas.

O saldo de R\$ 18.117.821,45 corresponde ao saldo de inadimplentes do programa SICOBE relativo ao período de setembro de 2013 a dezembro de 2014 e que por falta de recebimento não foi repassado à prestadora de serviços, conforme estipulado em contrato.

**(c) Scorpios - Custos**

A rubrica apresenta os custos proveniente do percentual contratual de taxa de prestação de serviços decorrente da utilização de selos de controle e dos equipamentos contadores de produção de cigarros - SCORPIOS.

O saldo de R\$ 45.499.982,84 refere-se ao inadimplemento do programa SCORPIOS, que corresponde à parcela da prestadora de serviços no percentual de contrato. Devido à falta de pagamento por parte dos Fumageiros, não houve repasse à prestadora de serviços, conforme estipulado em contrato.

**(d) Parceria Pharos - Custos**

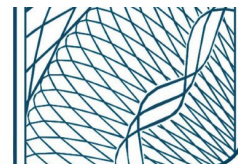
A rubrica refere-se ao maior valor possível de ressarcimento à parceira conforme estipulado no contrato em Matriz de Custo Pré-aprovada – MCPA.

Os saldos de R\$ 106.570.805,98 e 74.758.898,68 dos Passivos Circulante e Não Circulante, respectivamente, referem-se ao custo máximo contratual do período de setembro de 2018 a março de 2021, conforme estipulado no contrato Parceria Pharos, através MCPA, deduzidos dos repasses dos custos efetivamente comprovados pela parceira.

**(e) Parceria Pharos – Resultado**

A rubrica refere-se à parcela estimada dos resultados da parceria. Esse valor corresponde à estimativa máxima de resultados que a parceria pode vir a ter, considerando as receitas e os custos estimados.





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
2º TRIMESTRE 2021**

O saldo de R\$ 36.551.766,32 e R\$ 7.089.531,27, dos Passivos Circulante e Não Circulante, respectivamente, referem-se a parcela estimada do lucro da parceria. Esse valor corresponde à estimativa máxima de lucros que a parceria pode vir a ter, considerando as receitas e os custos estimados da parceria.

**NOTA 19 – PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES**

**(a) Contingentes prováveis**

A Provisão para Passivos Contingentes no valor de R\$ 49.145.833,96 foi constituída conforme avaliação do Departamento Jurídico, sendo classificada como sendo provável a saída de recursos, segundo composição abaixo:

CONTINGENTES PROVÁVEIS	VALORES (EM R\$)	
	30/06/2021	31/12/2020
TRABALHISTAS	33.346.378,55	29.622.311,60
CÍVEIS	15.799.455,41	15.783.737,74
<b>TOTAL</b>	<b>49.145.833,96</b>	<b>45.406.049,34</b>

**(b) Contingentes possíveis**

O saldo dos Passivos Contingentes Possíveis apresenta valores que não foram reconhecidos nas Demonstrações Financeiras do exercício de 2020, conforme preceitua o Pronunciamento Contábil nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

CONTINGENTES POSSÍVEIS	VALORES (EM R\$)	
	30/06/2021	31/12/2020
TRABALHISTAS	45.538.902,20	45.412.902,20
CÍVEIS	41.902.017,00	109.832.017,75
<b>TOTAL</b>	<b>87.440.919,20</b>	<b>155.244.919,95</b>

**NOTA 20 – DEPÓSITOS JUDICIAIS E RECURSAIS**

CRÉDITOS	VALORES (EM R\$)	
	30/06/2021	31/12/2020
RECURSAL - TRABALHISTA (a)	26.928.918,41	15.634.582,49
JUDICIAL - CÍVIL (b)	177.167.582,45	52.966.745,05
JUDICIAL - TRIBUTÁRIOS (c)	8.990.711,66	8.990.711,66
<b>TOTAL</b>	<b>213.087.212,52</b>	<b>77.592.039,20</b>

**(a) Depósito Judicial - Recursal Trabalhista**

Os valores dos depósitos recursais efetuados pela CMB foram atualizados pelos índices de correção disponibilizados no site do Tribunal Superior do Trabalho – TST, até 31 de março de 2021.







**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**2º TRIMESTRE 2021**

**(b) Depósito Judicial - Cível**

O saldo desta rubrica refere-se basicamente aos montantes depositados em juízo decorrentes de recursos impetrados junto às instâncias superiores da esfera cível e ao processo 5051577-93.2019.4.02.5101, tendo como ré a empresa SICPA BRASIL LTDA. A CMB encontra-se atualmente com decisão judicial em seu desfavor. Dessa forma, procedeu o depósito judicial no dia 12/02/2021 no valor total de R\$ 102.338.148,00 e as demais parcelas sendo recolhidas nos meses subsequentes, totalizando o montante de R\$ 159.957.542,28.

**(c) Depósito Judicial - Tributário**

O saldo de R\$ 8.990.711,66 refere-se a tributos recolhidos judicialmente até que sejam regulamentados os efeitos da MP 902/2019.

A Casa da Moeda do Brasil - CMB ajuizou ação em face do Estado do RJ, processo 5013693-93.2020.4.02.5101 (7ª VFRJ), com pedido de declaração de inexistência de relação jurídico-tributária em relação aos tributos estaduais incidentes nas suas atividades-fim, especialmente o ICMS sobre selos fiscais no período de vigência da MP 902.

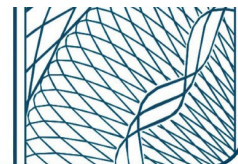
No aludido processo a CMB realizou os depósitos judiciais pertinentes ao ICMS do período em referência (março a junho), obtendo assim a liminar/tutela antecipada para suspender a exigibilidade do crédito na forma do art. 151, II, do CTN. Contudo, a Fazenda Estadual vem, em descumprimento à decisão judicial, causando embaraços à CMB com a negativa em expedir a certidão de regularidade fiscal. Ocorre ainda, que o Juízo da 7ª VFRJ recentemente declarou sua incompetência absoluta em favor do STF, e a CMB e o Estado do RJ concordaram com a remessa dos autos ao STF, situação que à princípio seria impeditivo para prolação de novas decisões por aquele magistrado, e o processo ainda não migrou para o sistema do STF, o que também é um dificultador de manifestação daquela Corte.

**NOTA 21 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	VALORES (EM R\$)	
	30/06/2021	31/12/2020 REAPRESENTADO
CAPITAL SOCIAL	1.360.677.814,09	1.360.677.814,09
RESERVA LEGAL	18.576.654,14	18.576.654,14
RESERVA PARA INVESTIMENTOS	192.075.457,12	192.075.457,12
RESERVA ESPECIAL	14.291.822,11	14.291.822,11
LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADO	716.211.045,35	0,00
SUPERÁVIT ATUARIAL DE PREVIDÊNCIA PRIVADA	(5.653.553,26)	(5.653.553,26)
<b>TOTAL</b>	<b>2.296.179.239,55</b>	<b>1.579.968.194,20</b>

A composição do Patrimônio Líquido apresenta-se pelas contas Capital Social, Reservas de Lucro, Prejuízos Acumulados e Superávit Atuarial de Outros Resultados Abrangentes do Plano de Previdência Complementar dos Empregados da CMB, que possui revisão atuarial anualmente.





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**2º TRIMESTRE 2021**

**NOTA 22 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**

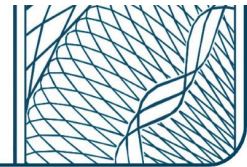
As informações apresentadas referem-se ao período findo em 31 de março de 2021 e 2020.

**(a) Receita Líquida**

COMPOSIÇÃO DA RECEITA	VALORES (EM R\$)	
	30/06/2021	30/06/2020
PRODUTOS - MERCADO INTERNO (1)	323.597.826,23	259.230.982,03
PRODUTOS - MERCADO EXTERNO (2)	105.162.088,52	0,00
SERVIÇOS - MERCADO INTERNO (3)	72.700.220,26	108.455.597,15
SERVIÇOS A FATURAR (4)	68.836.251,38	26.584.266,60
OUTRAS VENDAS (5)	45.428,90	34.539,60
<b>FATURAMENTO BRUTO</b>	<b>570.341.815,29</b>	<b>394.305.385,38</b>
(-) DEDUÇÕES SOBRE AS VENDAS (6)	23.757.323,70	10.223.806,46
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>546.584.491,59</b>	<b>384.081.578,92</b>

1. Nesta rubrica são apresentados basicamente os valores de cédulas, moedas, medalhas e selos dos Correios para o mercado nacional. A variação de R\$ 64.366.844,20 refere-se à produção de Cédulas do contrato de 2020 concluído no primeiro trimestre de 2021.
2. Nesta rubrica são apresentados os faturamentos de cédulas para o exterior. O aumento de R\$ 105.162.088,52 refere-se ao contrato de exportação de cédulas para a Sociedad Del Estado Casa de Moneda da Argentina.
3. Nesta rubrica são apresentados valores de serviços prestados sobre a emissão de passaportes, carteiras profissionais, diplomas e serviços de custódias de metais e selos de rastreabilidade no período abrangido pelos efeitos da MP 902/2019. A redução de R\$ 35.755.376,89 refere-se ao líquido entre o aumento de R\$ 9.828.374,13 da venda de serviços de exclusividade, R\$ 2.464.675,48 de Passaporte e R\$ 438.952,95 de demais serviços; e à queda de R\$ 48.487.379,45 de serviços de rastreabilidade, devido a MP 902/19.
4. Nesta rubrica são apresentados os valores de leituras dos serviços de rastreabilidade. A variação decorre dos efeitos da MP 902/19.
5. Nesta rubrica são apresentadas outras receitas de materiais inservíveis, sucatas, etc.
6. Nesta rubrica são apresentados os valores de tributos incidentes sobre vendas e outras deduções sobre as vendas. A variação de R\$ 13.533.517,24 refere-se à redução de R\$ 8.359.000,95 de tributos incidentes sobre as vendas no período da MP 902/19 em que os produtos e os serviços passaram a ser tributados devido à perda da exclusividade e ao aumento de R\$ 21.892.518,19 por vendas canceladas devido à problemas no embarque no mês de janeiro de 2021 para a Sociedad Del Estado Casa de Moneda da Argentina.





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**2º TRIMESTRE 2021**

**(b) Custos de Produção**

CUSTOS	VALORES (EM R\$)	
	30/06/2021	REAPRESENTADO 30/06/2020
CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS	383.226.850,55	275.064.645,36
<b>TOTAL</b>	<b>383.226.850,55</b>	<b>275.064.645,36</b>

Nesta rubrica são apresentados os custos decorrentes da fabricação de produtos vendidos e serviços prestados no período. O aumento de seu montante ocorre em decorrência, principalmente, das entregas da parcela final relativas ao PAP BACEN 2020 no início do atual exercício, em torno de R\$ 56,9 milhões. Bem como as entregas finais do contrato de produção dos pesos argentinos, no montante de R\$ 64,6 milhões.

**(c) Despesas Operacionais e Administrativas**

DESPESAS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS	VALORES (EM R\$)	
	30/06/2021	30/06/2020
PESSOAL (1)	101.648.693,77	91.120.499,47
MATERIAIS (2)	7.697.745,33	3.692.959,71
SERVIÇOS (3)	19.944.984,05	14.843.080,79
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO (4)	5.512.077,72	5.989.045,78
DESPESAS TRIBUTÁRIAS (5)	1.018.225,01	637.152,11
OUTRAS DESPESAS (RECEITAS) (6)	(686.106.036,39)	22.503.417,77
<b>TOTAL</b>	<b>(550.284.310,51)</b>	<b>138.786.155,63</b>

1. A variação líquida de R\$ 10.528.194,30 refere-se ao aumento total R\$ 11.068.826,89 dos quais, R\$ 7.470.744,04 foram aplicados em custo de produção.  
Tal aumento é composto basicamente por despesa de pessoal e encargos por conta do Acordo Coletivo de Trabalho do ano de 2020: Horas Extras R\$ 5.170.399,28, INSS R\$ 513.030,05 e FGTS R\$ 125.619,12; além de outros benefícios, tais como: Auxílio Creche R\$ 1.632.793,21, Assistência Médica e Odontológica R\$ 2.352.796,34, Transportes de Empregados R\$ 2.599.070,83, Vale Alimentação R\$ 3.725.439,91 e R\$ 2.904.282,00 de Estimativas sobre Acordo Coletivo de Trabalho do ano de 2021. Vale ressaltar, que o impacto foi provocado pelo fato de não haver Acordo Coletivo assinado até o final do primeiro semestre de 2020, tendo todas as cláusulas reduzidas aos dispositivos legais da CLT.
2. A variação líquida de R\$ 4.004.785,62 se refere ao aumento total de R\$ 3.619.129,36 referente a manutenção de bens móveis, predial e de equipamentos mecânicos; além de uma queda de R\$ 2.004.877,80 dos valores aplicados em custo de produção.
3. A variação líquida de R\$ 5.101.903,26 se refere ao aumento total de R\$ 5.042.551,86; desses, R\$ 1.347.740,87 foram aplicados em custo de produção.  
Tal aumento se refere basicamente a Água e Esgoto R\$ 1.303.241,65, Energia Elétrica R\$ 2.161.611,12, Manutenção e Conservação de Equipamentos R\$ 307.671,73, Manutenção e





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
2º TRIMESTRE 2021**

Conservação de Bens Imóveis R\$ 977.250,48 e Despesa com Equipamentos de Tecnologia da Informação R\$ 1.497.967,56.

4. A variação líquida de R\$ 476.968,06 se refere basicamente à redução total de R\$ 1.854.541,78; desses, R\$ 1.326.542,70 foram aplicados em custo de produção. Tal redução se refere basicamente ao fim da depreciação de itens do Ativo Imobilizado – Máquinas e Equipamentos R\$ 1.409.185,73, Computadores e Periféricos R\$ 228.642,87 e Instalações R\$ 138.886,35;
5. O aumento da rubrica no valor de R\$ 381.072,90 se refere a tributos não recuperáveis sobre importações;
6. O aumento de R\$ 708.609.454,16 na rubrica refere-se ao aumento de R\$ 680.640.606,15 de Acordo de Leniência em benefício da CMB e a redução referente à reversão de Ativos Contingentes R\$ 16.313.871,23, ocorrida após o 1º trimestre de 2020, e ao efeito líquido no resultado da PECLD de R\$ 5.241.850,68 do 1º Trimestre de 2020; além do aumento de R\$ 3.290.178,71 referente a Fretes para entrega de vendas de Cédulas para a Sociedad Del Estado Casa de Moneda da Argentina, conforme quadro abaixo:

	VALORES (EM R\$)	
<b>OUTRAS DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>30/06/2020</b>
DESPESAS COMERCIAIS	5.508.832,02	2.383.268,44
OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	383.305,06	464.061,72
OUTRAS DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS	(691.998.173,47)	19.656.087,61
<b>TOTAL</b>	<b>(686.106.036,39)</b>	<b>22.503.417,77</b>

**(d) Resultado Financeiro Líquido**

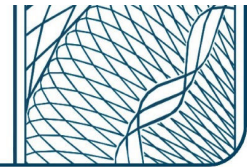
	VALORES (EM R\$)	
<b>RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>30/06/2020</b>
RECEITAS FINANCEIRAS	11.782.377,01	18.918.259,23
DESPESAS FINANCEIRAS	(9.213.286,82)	(7.129.127,99)
<b>TOTAL</b>	<b>2.569.090,19</b>	<b>11.789.131,24</b>

Nesta rubrica são apresentadas as receitas e as despesas financeiras decorrentes das aplicações dos recursos da CMB, como rendimentos de aplicações financeiras, juros, atualizações monetárias da SELIC e atualizações cambiais. A queda de R\$ 7.135.882,22 se refere à brusca redução da taxa de rentabilidade da aplicação concomitante com a redução do disponível.

**NOTA 23 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Os fatos excepcionais ocorridos na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido foram a compensação do prejuízo contábil do exercício no valor de R\$ 197.064.237,11 de 2020 com as Reservas para Investimentos, conforme preconiza o Art. 189, Parágrafo único da Lei nº 6.404/1976.





---

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
2º TRIMESTRE 2021**

**NOTA 24 – FATO RELEVANTE**

**Processo sobre retorno dos 212 Empregados demitidos em 2018**

A decisão de segunda instancia condenou a CMB a reintegrar imediatamente os 212 empregados, com pagamento de salários retroativos à data da demissão. Além disso, houve condenação em danos morais coletivos no valor de R\$ 10 milhões de reais.

Após a publicação do acórdão, a CMB ingressou com pedido de suspensão da reintegração imediata e obteve êxito, de modo que, ao menos até segunda ordem, a empresa não precisará reintegrar esse grupo. Tal providencia somente ocorreria após o transito em julgado da decisão, ou seja, quando esgotadas as vias recursais.

Assim, a CMB ingressará com o recurso de revista ao Tribunal Superior do Trabalho – TST para tentar modificar o julgado. Enquanto o processo correr, por força da decisão de suspensão anteriormente mencionada, não há necessidade de arcar com nenhum dos valores decorrentes da condenação, salvo se a decisão de suspensão vier a ser modificada. Nesse caso, voltará a valer a decisão original que determina a reintegração imediata do grupo.

**Acordo de leniência com as empresas SICPA e CEPTIS**

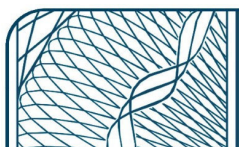
A Controladoria-Geral da União (CGU) e a Advocacia-Geral da União (AGU) assinaram, em junho de 2021, um acordo de leniência (“Acordo”) com a SICPA do Brasil e Indústria de Tintas e Sistemas Ltda e com a CEPTIS Indústria e Comércio de Tintas e Sistemas S.A. em razão de irregularidades identificadas na Operação Vícios da Polícia Federal.

O montante total do acordo é de R\$ 762,7 milhões, dos quais R\$ 680,6 milhões serão destinados à Casa da Moeda do Brasil e R\$ 82,1 milhões à União. Os valores envolvem a aplicação das multas previstas na Lei Anticorrupção (nº 12.846, de 2013) e na Lei de Improbidade Administrativa (nº 8.429, de 1992), e a devolução de vantagens indevidas e do enriquecimento ilícito decorrente da atuação irregular.

Conforme o Acordo, há expectativa de pagamento, ainda em 2021, de R\$ 212,3 milhões, sendo R\$ 188,9 milhões destinados à Casa da Moeda do Brasil (CMB) e R\$ 23,3 à União. O saldo restante (R\$ 550,4 milhões) observará a proporcionalidade entre as parcelas destinadas à CMB e à União (R\$ 491,7 milhões para a CMB e 58,7 milhões para a União) e será distribuído linearmente ao longo dos próximos 20 anos (junho de 2022 a junho de 2041), com a incidência da taxa Selic aplicável.

Tal fluxo de pagamentos representa a expectativa de recebimentos nominais anuais de R\$ 27,5 milhões, sendo R\$ 24,6 milhões para a CMB e R\$ 3 milhões para a União. Destaca-se que, sobre tais valores, há previsão de obrigação de as celebrantes constituírem anualmente um seguro garantia para cobertura da parcela vincenda e de garantia da controladora internacional.

Os termos do Acordo serão divulgados pela CMB assim que tornados públicos pela CGU.





---

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
2º TRIMESTRE 2021**

**PIS e COFINS de Órgãos Públicos – Pedido de Restituição**

A CMB, em 14/06/21, através do processo 10166.728802/2017-03, recebeu o montante de R\$ 96.399.031,97, referente a pedidos de restituição efetuados do período de setembro de 2012 até julho de 2015.

Tendo em vista a discordância do valor e do regime considerado para o cálculo, a CMB interpôs recurso junto à Receita Federal do Brasil, visando o deferimento integral dos pedidos de restituição efetuados.

**PIS e COFINS – Indeferimento de Tutela**

Em 08 de junho de 2021, a 14ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal indeferiu o pedido antecipação de tutela, formulado pela Casa da Moeda do Brasil no processo nº 1037653-04.2021.4.01.3400, que, em síntese, buscava garantir a manutenção do regime de incidência não cumulativa para fins de apuração do PIS/PASEP e da COFINS. Contra essa decisão, interpôs-se o recurso de agravo de instrumento, distribuído à 8ª turma do TRF1, registrado sob o nº 1025122-95.2021.4.01.0000, sem decisão de mérito até o momento.

Salienta-se que a denegação da tutela demandou a revisão da estratégia jurídica até então construída de ajuizamento das ações específicas visando ao reconhecimento dos créditos constituídos entre 2012 e o primeiro trimestre de 2021. A medida leva em consideração as análises internas que vem sendo empreendidas sobre cada período de apuração com debates específicos acerca das estratégias de atuação adequadas a cada caso.

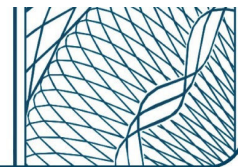
Releva destacar, contudo, que os créditos objeto da controvérsia e registrados em nosso Balanço Patrimonial foram validados por consultoria especializada que, além de reconhecer o direito à manutenção da empresa no regime não cumulativo de tributação das contribuições PIS/PASEP e COFINS, declaram a utilidade econômica desses valores que, conforme regramento tributário vigente à época da constituição, admitem tanto a restituição direta dos valores quanto a compensação com débitos de outras contribuições federais.

Assim, considerando a validade do montante registrado em nossas Demonstrações, a complexidade do caso e a dificuldade de estimar-se a probabilidade e os potenciais impactos econômicos de eventual decisão judicial denegatória do direito ao creditamento até aqui defendido, foram intensificados os debates internos sobre a matéria, incluindo a avaliação quanto a oportunidade de mudança do regime de apuração, com expectativa de conclusão das análises já no terceiro trimestre de 2021.

Rio de Janeiro, 30 de junho de 2021.

HUGO CAVALCANTE NOGUEIRA  
PRESIDENTE  
CPF Nº 730.461.917-15





---

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
2º TRIMESTRE 2021**

PAULO RICARDO DE MATTOS FERREIRA  
DIRETOR  
DE INOVAÇÃO E MERCADO  
CPF N° 744.008.607-44

JEAN PEDRAZZA REICHE  
DIRETOR  
DE GOVERNANÇA, ORÇAMENTO E FINANÇAS  
CPF N° 053.956.847-35

LUIZ SERGIO MADEIRO DA COSTA  
DIRETOR  
DE GESTÃO  
CPF N° 731.419.417-34

SÉRGIO PERINI RODRIGUES  
DIRETOR  
DE OPERAÇÕES  
CPF N° 795.926.357-49

RAMON AGOSTINHO PONTES  
CONTADOR  
CPF: 111.991.767-02  
CRC – RJ118695/O-1

